



**20
24**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS (VOLUME I)**



Índice

Balanço	11
Demonstração de Resultados por Natureza	17
Demonstração das Alterações no Património Líquido	23
Demonstração de Fluxos de Caixa	29
Anexos às Demonstrações Financeiras	35
Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	38
Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	41
Nota 3 – Ativos Intangíveis	52
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	54
Nota 5 – Ativos fixos tangíveis	55
Nota 6 – Locações	64
Nota 7 – Custos de Empréstimos Obtidos	66
Nota 8 – Propriedades de investimento	69
Nota 9 – Imparidades de ativos	70
Nota 10 – Inventários	71
Nota 11 – Agricultura	72
Nota 13 – Movimentos de transações com contraprestação	73
Nota 14 – Movimentos de transações sem contraprestação	74
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	75
Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	86
Nota 18 – Instrumentos financeiros	86
Nota 19 – Benefícios dos empregados	88
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	90
Nota 25 – Relato por segmentos	92
Outras Divulgações	104

Demonstrações Financeiras



RESPONSABILIDADE PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(cfr. Parágrafo 12 da NCP 1)

1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Responsabilidade	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	Bruno Miguel Mouco	Diretor de Departamento
Apresentação	Isaltino Morais	Presidente da Câmara
Aprovação	Isaltino Morais	Presidente da Câmara



Apresentação e Observações às Demonstrações Financeiras do Município

A apresentação e as observações ao conjunto das demonstrações financeiras do Município, permite proporcionar informação útil sobre a sua posição financeira e suas alterações, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa, à data de 31 de dezembro de 2024.

A informação foi produzida de forma a representar fiavelmente as transações, acontecimentos ou condições, atendendo aos critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com a Estrutura Conceptual (EC) e as várias Normas de Contabilidade Pública (NCP) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

À data do relato, é assegurada a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo procedido à implementação integral das Normas de Contabilidade Pública (NCP) legalmente aplicáveis, as quais se encontram devidamente refletidas nas suas demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios e critérios estabelecidos no enquadramento conceptual e normativo vigente

As demonstrações financeiras apresentam, de forma fidedigna e em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis ao setor público, a posição financeira, o desempenho económico-financeiro e os fluxos de caixa à data do relato. Estas demonstrações permitem a identificação e avaliação dos ativos, passivos e capital próprio, bem como dos rendimentos e gastos reconhecidos no período, proporcionando uma visão abrangente da variação nos recursos financeiros líquidos entre datas de relato. A informação reportada constitui um instrumento fundamental para a transparência da gestão pública, o cumprimento das obrigações de *accountability* e o suporte à tomada de decisão informada por parte dos órgãos executivos, deliberativos e demais *stakeholders*, incluindo os municípios.

Através da análise que a seguir se apresenta às demonstrações financeiras - o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo – procura-se satisfazer as necessidades de um conjunto diversificado de utilizadores que, de um modo geral, se agrupam em necessidades de informação para efeitos de responsabilização pela prestação de contas (*accountability*) e em necessidades de informação para a tomada de decisões.



Balanço



Município de Oeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	698 314 985,31	626 093 494,40
Propriedades de investimento	8	16 926 644,72	17 280 246,44
Ativos intangíveis	3	953 572,76	640 641,94
Ativos biológicos	9/11	91 838,66	91 838,66
Participações financeiras	18/20	127 060 094,11	125 195 691,96
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		843 347 135,56	769 301 913,40
Ativo corrente			
Inventários	10/11	3 111 311,05	2 749 465,28
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9	22 769 333,30	24 162 513,49
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9	1 971 499,88	1 445 920,28
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	9	45 347 631,29	51 258 075,21
Diferimentos		1 139 508,03	888 240,95
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18	4 600 000,00	9 500 000,00
Ativos não correntes detidos para venda		532 407,82	743 614,35
Caixa e depósitos	1	30 959 162,94	17 756 797,10
		110 430 854,31	108 504 626,66
		953 777 989,87	877 806 540,06
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Total do Ativo		
Património/Capital		328 550 651,17	328 550 651,17
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		81 433 782,13	81 433 782,13
Resultados transitados	2	193 643 015,52	206 280 069,72
Ajustamentos em ativos financeiros		106 740 985,19	108 245 413,97
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	2/5	89 659 636,09	19 622 724,87
Resultado líquido do período		11 532 947,34	17 126 964,69
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		Total do Património Líquido	811 561 017,44
			761 259 606,55

Município de Oeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	660 587,78	597 090,46
Financiamentos obtidos	7	36 126 906,89	25 882 512,23
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		58 866 534,83	32 414 717,98
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		16 794 212,01	13 925 021,95
		112 448 241,51	72 819 342,62
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			134 323,05
Fornecedores		4 308 910,16	3 225 648,09
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		1 361 222,63	2 039 012,76
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		979 617,00	1 032 022,09
Fornecedores de investimentos		1 441 449,94	4 253 318,74
Outras contas a pagar		17 616 561,17	16 671 132,59
Diferimentos		4 060 970,02	16 372 133,57
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		29 768 730,92	43 727 590,89
		142 216 972,43	116 546 933,51
		953 777 989,87	877 806 540,06
Total do Passivo			
Total do Património Líquido e Passivo			

ANÁLISE BALANÇO

Conforme estipulado no ponto 8.3. da NCP1 do SNC-AP, o Balanço é o instrumento financeiro que tem como principal objetivo proporcionar informação sobre a posição financeira (património líquido), através da análise, à data do relato, da diferença entre os seus ativos e passivos, possibilitando, igualmente, informação comparativa com o período anterior e a avaliação das alterações entretanto ocorridas.

Os elementos relacionados com a avaliação da posição financeira no Balanço são os ativos e os passivos (classificados em correntes e não correntes), as contribuições para o património líquido e as distribuições do mesmo.

No ativo não corrente, e na continuidade do processo de transferência de competências do Estado para o Município foram incorporados ativos relativos às áreas da educação e da saúde, no montante aproximado de 35 milhões de euros, verificou-se, ainda, um aumento dos investimentos em ativos fixos em curso no montante de 42,0 milhões, dos quais cerca de 18,0 milhões dizem respeito aos diversos programas de habitação do Município.

No ativo corrente, regista-se uma diminuição da rubrica “Outras contas a receber” em cerca de 5,9 milhões de euros, dos quais cerca de 5,0 milhões de euros resultam do aumento de estimativas de rendimentos, em sentido inverso registou-se uma diminuição de 11,5 milhões referente à reversão do acréscimo do exercício anterior sobre a venda do imóvel da Ex-CNP. Acresce ainda, um aumento no ativo corrente, originado pela alienação e contratação dos Certificados Especiais de Dívida Pública (CEDIC) no montante de 4,9 milhões de euros, e pelo aumento de cerca de 13 milhões nas disponibilidades do Município.

No passivo não corrente, o aumento de cerca de 39,6 milhões de euros resulta, essencialmente, do aumento de 26,4 milhões de euros relativo à execução financeira dos programas de habitação e 10,2 milhões referentes à utilização do empréstimo contratualizado em 2022 com o Banco BPI para a realização de investimentos.

No passivo corrente, na rubrica “Fornecedores de Serviços”, verifica-se um acréscimo do valor em dívida face ao período homólogo, na sequência da transição de parte das obrigações do mês de dezembro a ser pagas no exercício seguinte.

Na rubrica “Outras Contas a Pagar”, destacam-se os acréscimos efetuados, de cerca de 16,1 milhões de euros, relativos a gastos de fornecedores, despesas com pessoal e subsídios concedidos

No que se refere às restantes variações, as mesmas encontram-se discriminadas nas notas ao presente anexo.

Demonstração de

Resultados por Natureza



Município de Oeiras

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	14	135 637 551,22	151 274 232,83
Vendas	13	475 858,40	446 775,13
Prestações de serviços e concessões	13	16 729 378,99	16 728 546,50
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	47 764 129,67	41 732 598,81
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empresas afiliadas	20	2 851 762,50	10 755,84
Variações nos inventários da produção		462 661,92	415 720,18
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transformados	10	-2 478 215,43	-2 091 965,93
Fornecimentos e serviços externos		-78 674 799,08	-74 382 133,75
Gastos com pessoal	19	-65 765 907,08	-64 479 037,28
Transferências e subsídios concedidos		-38 011 521,60	-34 494 078,31
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	82 607,39	-82 360,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-72 902,39	330 000,51
Provisões (aumentos/reduções)	15	-63 497,32	-132 747,39
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		892,90	
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	2	20 191 864,70	7 745 594,74
Outros gastos	2	-3 905 657,48	-3 169 372,21
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		35 224 207,31	39 852 528,87
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-22 787 836,24	-22 473 891,90
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		12 436 371,07	17 378 636,97
Juros e rendimentos similares obtidos		380 110,94	315 175,25
Juros e gastos similares suportados		-1 283 534,67	-566 847,53
Resultado antes de impostos		11 532 947,34	17 126 964,69
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		11 532 947,34	17 126 964,69
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		11 532 947,34	17 126 964,69



ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao disposto no ponto 8.4. da NCP1 do SNC-AP, a Demonstração de Resultados por Natureza é o instrumento que proporciona informação sobre o desempenho financeiro, durante o período de relato, evidenciando assim um resumo dos rendimentos e dos gastos, de acordo com a natureza dos factos que os originaram, apurando o seu saldo final – o Resultado Líquido do Exercício - em comparação com o exercício económico anterior.

Esta informação permite assim aos utilizadores avaliar se o Município usou com eficiência e eficácia os fundos para atingir os seus objetivos.

Das observações à Demonstração dos Resultados por Natureza, no que diz respeito aos gastos, verifica-se o aumento na rubrica “*Fornecimentos e Serviços Externos*” da Demonstração de Resultados, de cerca de 4,3 milhões de euros face ao período anterior.

Conta DR	Descrição	2024	2023	Diferença	Observações
62141	Cantinas escolares - refeições confeccionadas	4 593 999	4 273 975	320 024	Transferência de competências
62171	Tratamento de RSU's	3 912 815	3 470 556	442 258	Atividade corrente
62172	Recolha e limpeza urbana	2 064 910	1 311 396	753 514	Revisão de preços de prestador da LU, atividade corrente
62192	Iluminação Pública	2 363 333	706 085	1 657 247	Variações das tarifas de acesso às redes, nomeadamente dos CIEG (Custos de interesse económico geral) que são resultantes de decisões de política energética, ambiental ou de interesse económico geral, aprovados pelo regulador dos serviços energéticos ERSE
62212	Projetos e serviços de informática	2 982 635	2 386 472	596 162	Aumento dos serviços de desenvolvimento de aplicações e serviços disponibilizados (Atendimento, Urbanismo, Escolas, ERP Gestão)
62213	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	2 026 935	2 328 951	-302 016	Ajuste na política contabilística - Classificação de operações como ativo e não gasto
62216	Organização de eventos	2 837 194	3 331 186	-493 992	Em 2023 acolheu-se as JMJ 23
6223	Vigilância e segurança	1 822 797	1 449 465	373 332	Transferência de competências, escolas e centros de saúde
62251	De cobrança de impostos e taxas	2 399 601	3 100 823	-701 222	2023 inclui montantes do ano corrente e o odo ano anterior (IMI).
622611	Edifícios	4 604 808	6 080 594	-1 475 786	Ajuste na política contabilística - Classificação de operações que aumentam a vida útil dos ativos como ativo e não gasto
62261999	Conservação e reparação de ativos fixos - Outros	5 690 515	7 410 648	-1 720 133	Ajuste na política contabilística - Classificação de operações que aumentam a vida útil dos ativos como ativo e não gasto
622691	Espaços Verdes	7 369 638	6 989 719	379 918	Atividade corrente
622699	Outros	1 393 338	320 091	1 073 247	Mudança de critério de lançamento e classificação de serviços
6241	Eletrociadade	1 841 193	809 673	1 031 521	Transferência de competências, escolas e centros de saúde; Instalações próprias
62615	Equipamento	1 139 130	680 185	458 945	Atividade corrente
62619	Outros	1 660 681	1 156 892	503 789	Atividade corrente
6264	Royalties	390 984	81 581	309 403	Sociedade Portuguesa de Autores
6269999	Outros Serviços	2 200 710	924 888	1 275 823	Atividade corrente
Total de gastos da seleção		51 471 507	47 204 040	4 267 467	
Total Gastos		78 674 799	74 382 134	4 292 665	

No que se refere aos rendimentos, verifica-se uma variação de 5,2 milhões de euros face ao período anterior a qual se discrimina no quadro *infra*.

Conta DR	Descrição	2024	2023	Diferença	Observações
701	Impostos diretos	66 589 029	95 995 967	-29 406 938	Ajuste na política contabilística no registo do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) em 2023
702	Impostos indiretos	52 435 891	48 412 274	4 023 617	Aumento das receitas com IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões)
704	Taxas, multas e outras penalidades	16 612 631	6 865 991	9 746 639	Aumento das receitas com processos de loteamento (2,25 Mio €)
71	Vendas	475 858	446 775	29 083	Essencialmente venda de vinho Villa Oeiras
72	Prestações de serviços e concessões	16 729 379	16 728 547	832	Resíduos sólidos
73	Variações nos inventários da produção	462 662	415 720	46 942	Produção do vinho Villa Oeiras
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	47 764 130	41 732 599	6 031 531	Aumento das verbas transferidas relativas à Participação no IRS e no IVA, e nas receita provenientes da transferência de competências (Lei 50/2018), principalmente Educação e Saúde
76	Reversões	254 246	464 109	-209 863	Reversão da provisão com processos judiciais e reversão das imparidades com inventários
78	Outros rendimentos	23 134 031	8 242 236	14 891 795	Mais valia da venda dos terrenos (antiga CNP)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	380 111	315 175	64 936	Atividade corrente
Total Rendimentos		224 837 968	219 619 393	5 218 575	

Relativamente ao apuramento dos resultados, apesar de não ser objetivo Município o lucro, tal como qualquer organismo que presta serviços públicos que não esteja em mercado concorrencial, destaca-se para os seus Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITA), no montante de cerca de 35,2 milhões de euros.

Relativamente ao Resultado Líquido do Período, este ascendeu ao valor de 11,5 milhões de euros, verificando-se uma variação negativa (5,5 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

No que se refere às restantes variações, as mesmas encontram-se discriminadas nas notas ao presente anexo.

Demonstração das Alterações do Património Líquido



Demonstração das Alterações no Património Líquido

Município de Oeiras

										Ano: 2024					
Descrição		Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta-mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimonio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	328 550 651,17	0,00	0,00	0,00	81 433 782,13	206 280 069,72	108 245 413,97	0,00	19 622 724,87	17 126 964,69	761 259 606,55	0,00	761 259 606,55	
Alterações no período															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681 574,76	681 574,76	681 574,76	
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	-29 764 018,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 764 018,89	0,00	-29 764 018,89	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	17 126 964,69	-1 504 428,78	0,00	69 355 336,46	-17 126 964,69	67 850 907,68	0,00	67 850 907,68		
25	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 637 054,20	-1 504 428,78	0,00	70 036 911,22	-17 126 964,69	38 768 463,55	0,00	38 768 463,55		
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 532 947,34	11 532 947,34	0,00	11 532 947,34	0,00	11 532 947,34	
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)								-5 594 017,35	50 301 410,89	0,00	50 301 410,89	0,00	50 301 410,89	
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	328 550 651,17	0,00	0,00	81 433 782,13	193 643 015,52	106 740 985,19	0,00	89 659 636,09	11 532 947,34	811 561 017,44	0,00	811 561 017,44		



ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Nos termos do ponto 8.5. da NCP1 do SNC-AP, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, permite proporcionar informação sobre as alterações no património líquido do MO, evidenciando o resultado do período, os rendimentos e os gastos que sejam reconhecidos diretamente no património líquido, bem como os efeitos de alterações de políticas contabilísticas e correções de erros, com impacto em cada uma das componentes do património líquido.

De realçar ainda que, de acordo com o SNC-AP, o Património Líquido do Município, é o interesse residual nos seus ativos, depois de deduzidos os passivos, mostrando, portanto, a sua posição financeira líquida à data de relato.

Assim, a Demostraçāo das Alterações no Património Líquido concede, aos vários utilizadores, a possibilidade de entender como a entidade alterou a sua posição financeira e a causa dessas alterações, permitindo, igualmente, comparar as alterações no património líquido, entre duas datas de relato, refletindo os aumentos ou as diminuições dos respetivos ativos e passivos, sendo particularmente relevante perceber se essas alterações se deveram a políticas e procedimentos internos à entidade, ou se se deveram a operações com detentores de capital.

Da observação desta demonstração financeira são destacadas as seguintes alterações no Património Líquido:

- a) As Reservas Legais mantêm-se inalteradas;

Nos Resultados Transitados, foi incorporado o valor do Resultado Líquido do Exercício de 2023, verificando-se ainda o reflexo das regularizações (ver quadro Q.2 – 2 Reexpressão retrospectiva), registados como correção de erros materiais no montante de 29,7 milhões de euros, de acordo com a instrução da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), estando as mesmas desenvolvidas nas notas ao presente anexo;

- b) Nos Ajustamentos em Ativos Financeiros, verificaram-se as variações do cálculo do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) das empresas participadas; e

- c) Nas Outras Variações do Património Líquido, foram registados novos subsídios e as amortizações dos bens subsidiados, bem como a transferência dos edifícios das escolas e centros de saúde para o Município no valor de cerca de 70,0 milhões de euros.

Demonstração de

Fluxos de Caixa



Município de Oeiras

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14 812 268,41	17 017 956,65
Recebimentos de contribuintes		113 333 322,31	111 864 666,54
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		48 602 980,85	42 737 336,49
Recebimentos de utentes		15 809 685,29	6 664 217,56
Pagamentos a fornecedores		-66 755 966,11	-59 112 292,78
Pagamentos ao pessoal		-63 762 249,68	-63 425 731,31
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-39 729 019,02	-33 329 873,63
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
		Caixa gerada pelas operações	
Recebimento do imposto sobre o rendimento		22 311 022,05	22 416 279,52
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		7 649 354,86	10 194 118,03
Outros pagamentos		-9 499 861,37	-6 644 385,32
		Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	
		20 460 515,54	25 966 012,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-67 840 054,65	-70 579 283,13
Ativos intangíveis		-421 170,15	-140 231,02
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12 696 999,50	1 708 751,09
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		4 642 354,34	4 330 139,95
Transferências de capital		28 137 892,51	10 657 785,00
Juros e rendimentos similares		1 143 474,16	1 960 675,97
Dividendos		150 442,12	77 949,77
		236 256,76	231 145,65
		Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	
		-21 253 805,41	-51 753 066,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10 887 860,49	16 099 309,21
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-695 870,92	-1 037 455,52
Juros e gastos similares		-1 096 331,56	-264 775,42
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
		Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	
		9 095 658,01	14 797 078,27
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		27 256 797,10	38 246 773,32
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-9 500 000,00	-5 000 000,00
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior			
De execução orçamental	31	17 756 797,10	33 246 773,32
		3 256 694,22	21 605 409,50

Município de Oeiras

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
De operações de tesouraria		14 500 102,88	11 641 363,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35 559 162,94	27 256 797,10
- Equivalentes a caixa no fim do período		-4 600 000,00	-9 500 000,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		30 959 162,94	17 756 797,10
De execução orçamental		13 345 737,77	3 256 694,22
De operações de tesouraria		17 613 425,17	14 500 102,88

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Nos termos do ponto 8.6. da NCP1 do SNC-AP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar o resultado financeiro do período correspondente ao relato, bem como a sua variação face ao exercício anterior.

A informação disponibilizada neste documento evidencia a proveniência dos seus recursos financeiros e a sua aplicação, permitindo, igualmente, aos utilizadores prever as necessidades futuras de recursos financeiros, a capacidade de gerar fluxos de caixa e a capacidade para financiar as alterações decorrentes da atividade municipal.

De realçar ainda que, nos termos do ponto 8.6.3 da NCP1 do SNC-AP, a Demonstração de Fluxos de Caixa classifica os fluxos de caixa em fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Da observação à Demonstração dos Fluxos de Caixa destaca-se que o fluxo de caixa das atividades operacionais, com um montante de cerca de 20,5 milhões de euros, apresenta uma variação negativa face ao período homólogo de cerca de 5,5 milhões de euros (-27%), tendo contribuído para esse efeito o aumento de pagamentos a Fornecedores e transferências e subsídios.

No que concerne às atividades de investimento, houve um aumento no fluxo de caixa em cerca de 35,5 milhões de euros, devido a recebimentos de transferências relativos a fundos comunitários, nomeadamente, de adiantamentos do PRR (28,1 milhões de euros) e à venda de ativos fixos tangíveis no valor de 12,7 milhões de euros.

Relativamente ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, o valor apresentado é positivo em cerca de 9,1 milhões de euros, resultante de recebimentos das tranches do empréstimo contratualizado no exercício, no montante de 10,3 milhões de euros.

A variação de caixa e seus equivalentes, apresenta um valor positivo de cerca de 13,3 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao período anterior.



ANEXO às

Demonstrações Financeiras



O Anexo, também considerado pela NCP 1 do SNC-AP como uma demonstração financeira, compreende um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como um conjunto de notas explicativas que complementam a informação das demais demonstrações financeiras do Município, com o objetivo de melhorar a compreensão dos diversos utilizadores e melhorar a utilização da informação para efeitos de tomada de decisão e de *accountability*.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação referente à identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico encontra-se detalhada nos seguintes documentos:

- Anexo da Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas (Volume III); e
- Regulamento n.º 1304/2024, publicado no Diário da República, 2ª série, Parte H, de 14 de novembro de 2024 - Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, que inclui o organograma do Município de Oeiras.

1.1 Identificação da entidade e período de relato

O **Município de Oeiras**, com **sede** no Largo Marquês de Pombal, apresenta contas consolidadas, sendo esta a sede da entidade com controlo final das mesmas.

Endereço eletrónico: geral@oeiras.pt

Número de Identificação Fiscal: 500745943

Legislação Aplicável: A atividade do Município é regida, pelos seguintes diplomas legais, nas suas redações atuais:

- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1.;
- Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro - Regime Jurídico das Classificações Económicas das Receitas e das Despesas Públicas;
- Lei nº 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); e
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional.

Atividade Exercida de acordo com a Classificação de Atividades Económicas: 84113, 58140, 46341, 85600, 38212, 68200, 11021, 47250, 56107, 56304, 84250, 84240, 01210, 93293, 56290, 47810, 11022 e 11011.

O **período de relato** compreende o ano civil de 2024, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

O Município regista a 31 de dezembro de 2024 2802 efetivos (Indicadores no ponto 7. Recursos Humanos do Relatório e Balanço Social no Anexo da Instrução nº 1/2019 do TC (Volume III)).

1.2 Referencial Contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. Foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP) relevantes para a entidade.

As demonstrações financeiras, compostas pelo balanço, demonstrações dos resultados por natureza, demonstração das alterações do património líquido, demonstração dos fluxos de caixa e anexos, foram preparadas de acordo com o pressuposto do regime do acréscimo e da continuidade.

Os artigos são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfazem os critérios de reconhecimento em conformidade com a estrutura conceptual. De acordo com o pressuposto da comparabilidade, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de acordo com o pressuposto da não compensação de saldos, os ativos, passivos, rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e demonstração dos resultados. Assim, nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, nem nenhum gasto por qualquer rendimento, e vice-versa.

Durante o exercício, não ocorreram situações que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tivessem originado efeitos materialmente relevantes e que pudessem comprometer a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De acordo com a Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras (NCP 1), a Caixa compreende dinheiro e depósitos à ordem. Já os equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo, facilmente convertíveis em quantias conhecidas e não sujeitos a risco de alteração de valor.

No Balanço, na rubrica “Caixa e Depósitos”, verifica-se um aumento de cerca de 13,2 milhões de euros, face ao período homólogo, com maior relevo em Depósitos, devido, essencialmente, aos adiantamentos dos projetos aprovados do PRR.

Em 2024, o saldo de Caixa e Depósitos fixou-se em cerca de 30,9 milhões de euros desagregando-se da seguinte forma:

Q.1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	19 500	17 322
Caixa	16 813	15 063
Valores a entregar a terceiros	2 687	2 259
Depósitos à Ordem	14 143 351	3 807 908
Depósitos bancários à ordem	14 143 351	3 807 908
Outros Depósitos	16 796 312	13 931 567
Depósitos de garantias e cauções	16 796 312	13 931 567
Total de Caixa e Depósitos	30 959 163	17 756 797

É de referir ainda que, relativamente aos equivalentes de caixa, foi adquirido um Certificado Especial de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) no montante de 4,6 milhões de euros, conforme detalhe no Mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), concretamente no que se refere à norma NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em Euros.

A apresentação das demonstrações financeiras requer uma representação fiel dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, conforme estabelecido na Estrutura Conceptual (EC) e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as presentes demonstrações financeiras cumprem as NCP.

À data do relato o MO assegura a plena aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo procedido à implementação integral das Normas de Contabilidade Pública (NCP) legalmente aplicáveis

2.1 Base de mensuração

A moeda funcional e de apresentação é o Euro, sendo então que as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

As seleções da base de mensuração para as presentes demonstrações financeiras são elencadas em seguida:

a) Ativos Intangíveis

Reconhecimento

São reconhecidos os bens que cumprem os critérios de definição de ativos intangíveis, tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais, sobre os quais se verifique o controlo do respetivo recurso e a existência de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município.

Mensuração inicial

Os bens constantes no ativo intangível são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, através de transações com contraprestação. Os custos de aquisição compreendem:

- O preço da compra (que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais);
- Qualquer custo diretamente atribuível para preparação do ativo para o uso pretendido (que inclui custos dos benefícios dos empregados, honorários profissionais, custos para testar o funcionamento).

Podem ainda ser mensurados pelo justo valor se os bens forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e, quando aplicável, a perda de imparidade acumulada.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação);
ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos intangíveis devem ser determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e devem ser reconhecidos nos resultados, no período do abate ou alienação.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento

São reconhecidos os bens que cumprem os critérios de definição de ativos fixos tangíveis e que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços no âmbito das atribuições do Município, ou para fins administrativos e que se espera que sejam usados durante mais de um período de relato.

Mensuração inicial

Os bens constantes no ativo fixo tangível adquiridos através de transações com contraprestação são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, assim como outros custos diretamente relacionados com a aquisição do bem, incluindo os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os bens constantes no ativo fixo tangível adquiridos através de transações sem contraprestação, são mesurados da seguinte forma:

- Bens imóveis – pelo valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e, quando aplicável, a perda de imparidade acumulada.

Os encargos subsequentes incorridos com a conservação e reparação dos ativos fixos tangíveis que não aumentam a sua vida útil, nem resultam em benefícios ou melhorias significativas, são registados como gastos do exercício.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo quando efetuada através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

O ganho ou a perda resultante do abate ou alienação de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido o resultado do período em que ocorre o abate ou a alienação.

c) Propriedades de investimento

São aplicadas as mesmas políticas contabilísticas utilizadas para os ativos fixos tangíveis.

d) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são, para participações inferiores a 20%, reconhecidos de acordo com a NCP 18, mensurados ao custo de aquisição, ou, para as participações superiores a 20%, de acordo com a NCP 23, mensurados através do método da equivalência patrimonial (MEP).

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado por perdas por imparidade (pela diferença entre a quota-parte do Município nos capitais próprios e o valor da respetiva participação).

Pelo método da equivalência patrimonial, a participação é reconhecida inicialmente pelo custo. Posteriormente a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da participada nos resultados do Município. As distribuições de resultados reduzem ou aumentam a quantia escriturada do investimento, pelo que o valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

e) Depreciações e amortizações

As depreciações aplicadas a bens do Ativo Fixo Tangível e as Amortizações aplicadas a bens do Ativo Intangível refletem o potencial de serviço do ativo que já foi consumido, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando o número de anos de vida útil de referência conforme o disposto no CC2 (Classificador Complementar 2).

Relativamente aos ativos intangíveis, os bens referentes a software com licença perpétua, direitos de autor e propriedade intelectual, os quais se verifique um benefício económico futuro sem termo definido, não são efetuadas amortizações de acordo com o previsto no CC2.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto. Os terrenos não são depreciáveis.

f) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo utilizado o método de custeio das saídas, sendo valorizados pelo custo médio ponderado. Os produtos agrícolas são valorizados pelo custo de produção anual.

g) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição, se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

h) Transferências e Subsídios

As transferências e os subsídios não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são inicialmente reconhecidos em património líquido quando as condições se encontrem cumpridas ou quando não tenham condições e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimento do período, proporcionalmente às depreciações/amortizações dos respetivos bens.

Um subsídio e ou uma transferência só serão reconhecidos após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospectivos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados.

i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- Existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

As provisões constituídas pelo Município consubstanciam-se em provisões para processos judiciais em curso e provisões para riscos e encargos.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no Anexo sempre que haja a possibilidade de existir um exfluxo de recursos e que esta não seja remota.

Os passivos contingentes são avaliados em cada data de relato para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras enquanto ativo, na medida em que, o seu caráter contingente não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

j) Rendimento – transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. No Município estas subdividem-se em vendas, prestações de serviços, juros e dividendos e outros rendimentos.

k) Rendimento – Transações sem contraprestação

Uma transação sem contraprestação é uma transação em que uma entidade recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual.

No Município as transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, taxas, transferências e outros rendimentos.

l) Contas a receber e a pagar

As contas a receber são desagregadas em quantias a receber de clientes, contribuintes e utentes, mensurados inicialmente pelo seu justo valor e posteriormente ajustados ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzida das perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período posterior.

O montante anual acumulado de imparidades é determinado pela antiguidade do vencimento das mesmas, sendo considerado dívida com imparidade total a superior a doze meses e quando exista dívida entre seis e doze meses desde que a mesma entidade tenha igualmente dívida superior a doze meses.

É efetuada uma análise caso a caso para as dívidas do ano corrente sem movimento procedendo-se ao respetivo ajustamento.

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu custo amortizado.

m) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas.

2.2. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Se foram materialmente relevantes são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.3. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a única estimativa utilizada foi a estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e o registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes, utentes e contribuintes. Efetuou-se a estimativa do IMI a liquidar em 2024 e a receber em 2025.

2.4. Erros materiais de períodos anteriores

No exercício findo a 31 de dezembro de 2024 foram efetuadas regularizações decorrentes do trabalho desenvolvido pela Divisão de Património, visando os registos contabilísticos adequados dos ativos, de acordo com as NCP. Procederam-se ainda a correções de faturas de fornecedores, do cálculo do

MEP das entidades participadas, o reconhecimento do edificado escolar e dos centros de saúde bem como a correção de insuficiência e excesso de estimativas de gastos e rendimentos.

No que se refere aos ativos registados ao abrigo da transferência de competências do Estado para o Município, de acordo com a instrução da CNC, procedeu-se à regularização dos registo efetuados em 2023, tendo como contrapartida a conta de Património Líquido de doações (594).

Q.2 - Reexpressão retrospectiva

Designação	unid: euros	Efeito em N-1(euros)
Alterações na Demonstração de Resultados		
Correção de reconhecimento de verbas provenientes Edubox (refeições escolares)		-155 332
Devolução de subsídio atribuído no âmbito do apoio à COVID 19		-222 820
Insuficiência de estimativa de rendimentos das taxas cobradas pela Polícia Municipal		5 120
Notas de crédito e restituições emitidas referentes faturas de clientes/outros devedores anos anteriores com liquidação de IVA		-9 420
Notas de crédito e restituições emitidas referentes faturas de clientes/outros devedores anos anteriores sem liquidação de IVA		-331 695
Notas de crédito e RNAPs emitidas referentes faturas de fornecedores/outros credores anos anteriores sem liquidação de IVA		408 806
Notas de crédito recebidas referentes faturas de fornecedores/outros credores anos anteriores sem liquidação de IVA		36 928
Regularização de acréscimo de rendimentos juros de CEDIC 2022		-3 542
Regularização de devolução de subsídio atribuído em 2023 e registado em 2024 - 3/C03-i02/2022 - Projeto 2004		-1 065
Regularização de estimativas de receita relativa a contraordenações no âmbito do contrato programa com a Paques Tejo		-1 194
Regularização de stocks de inventários		3 005

Alterações no Balanço

Aumento no ativo

Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de ativos das Escolas no âmrito da transferência de competências (Regularizações património).	73 310
Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de ativos escultórios do Parque dos Poetas (Regularizações património).	1 873 045
Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de empreitada de beneficiação do Polidesportivo do Bairro 25 de Abril (Regularizações património).	150 472
Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de empreitada de beneficiação nos anexos à Casa D. Miguel - Queijas (Regularizações património).	169 743
Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimento de valor do projeto do novo edifício - Fórum Municipal (Regularizações património).	918 921
Correções aos bens do ativo fixo tangível e reconhecimentos - outras valorizações (Regularizações património).	502 722
Correções às participações - Oeiras Viva - diferenças de capital próprio - fecho de 2023 (Regularizações património).	117 891
Correções às participações - SIMAS- Diferença em Capital - RL 2023 + Reservas 2023 (Regularizações património).	8 014
Reconhecimento de valor patrimonial da Parcela de terreno p/sede dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos(Regularizações património).	405 415

Diminuição no ativo

Correção da depreciação de bens registados no património (Parque dos Poetas 2.ª Fase - 412.685,23 €) - (Regularizações património)	650 994
Correções aos bens do ativo fixo tangível - Diminuição de valor (Regularizações património).	102 505
Correções aos bens do ativo fixo tangível - Desreconhecimento por não revestir carácter de investimento (Regularizações património).	2 694 407
Regularização da estimativa de IMI liquidado em 2023 e a receber em 2024	1 671 628
Correção da participação de capital da Município (MEP 2023)	99 860

Diminuição no passivo

Correção de estimativa de gastos referente a transferências concedidas	227 494
--	---------

Diminuição no património líquido

Correções aos bens do ativo fixo tangível - Transferência de conta 562 referente a edifícios escolares nos termos do parecer da CNC (Regularizações património).	-28 991 653
Correções aos bens do ativo fixo tangível - Transferência de conta 5942 referente a edifícios escolares nos termos do parecer da CNC (Regularizações património).	28 991 653

Total

-1 043 575

As alterações acima mencionadas, tiveram impacto no Balanço e na Demonstração de Resultados, por contrapartida da conta 562 “Regularizações”, de N-1, e em resultados do próprio exercício, outros gastos e rendimentos, conforme se observa no quadro anterior.

2.5. Alterações de estimativas contabilísticas

De acordo com a NCP 2, quando uma entidade procede a alterações de estimativas tendo por base nova informação recolhida ou experiência adquirida, nomeadamente, na aplicação criteriosa das restantes normas de contabilidade pública deverá efetuar o reconhecimento contabilístico prospectivamente.

De acordo com o Manual de Implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) procedeu ao registo da estimativa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente ao ano de 2024 a receber em 2025 de acordo com o previsto na Norma de Contabilidade Pública 14.

Nota 3 Ativos Intangíveis

É aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo III ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido dos gastos com amortizações e das perdas por imparidades, nos termos da NCP 3 do SNC-AP.

O mapa seguinte mostra as variações ocorridas na gerência dos bens intangíveis bem como as amortizações no início e no fim do período.

Q.3.1 - Variação das amortizações e perdas por imparidades

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	3 060 638	2 900 336	0	160 303	3 481 808	3 008 549	0	473 260
Propriedade industrial e intelectual	476 978		0	476 978	476 978		0	476 978
Outros	95 447	92 086	0	3 361	95 447	92 112	0	3 335
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3 633 064	2 992 422	0	640 642	4 054 234	3 100 661	0	953 573

Q.3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	3 060 638	2 900 336	0	160 303	3 481 808	3 008 549	0	473 260
Propriedade industrial e intelectual	476 978		0	476 978	476 978		0	476 978
Outros	95 447	92 086	0	3 361	95 447	92 112	0	3 335
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3 633 064	2 992 422	0	640 642	4 054 234	3 100 661	0	953 573

Ao nível das adições, as variações, no valor total de 421.170,15 €, são referentes essencialmente a:

- Aquisição de licenciamento de software Microsoft: 184.941,32 €;
- Aquisição de plataforma de taxa turística: 19.434,00 €;
- Licenciamento para a aplicação da gestão da frota municipal XRP Pool: 4.428,00 €;
- Licenciamento para aplicação de digitalização do expediente Kofax Express: 4.189,33 €;
- Plataforma de gestão de habitação municipal: 91.327,50 €.

Q.3.2A - Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação	Dação em pagamento	Lotação financeira	Fusão, cisão,...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	421 170	0	0	0	0	0	0	0	421 170
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	421 170	0	0	0	0	0	0	0	421 170

Relativamente às diminuições, à data do presente relato, verifica-se não ter havido diminuições nas rubricas de Ativos Intangíveis, conforme quadro 3.2 B – Ativos Intangíveis – diminuições.

Q.3.2B - Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições				Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	0	0	0	0
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Nos termos da NCP 4 do SNC-AP, concedente é a entidade pública que concede ao concessionário o direito de prestar um serviço ou explorar um ativo. Já o concessionário é a entidade que usa esse ativo para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do concedente. No mapa seguinte encontram-se discriminados os contratos de concessão celebrados pelo Concedente – Município de Oeiras, nos termos da referida norma.

O acordo de concessão ao abrigo da NCP 4 é com a entidade E-Redes, S.A., referente à distribuição de energia elétrica de baixa tensão.

Q.4 – Contratos de concessão (concedente)

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão de 1991, Protocolo 452/2010, Artigo 285º do Decreto-Lei n.º 15/2022 e Acordo entre a ANMP e E-Redes de 31/12/2022 - Exploração da concessão de distribuição de eletricidade de baixa tensão	E-Redes Distribuição (anterior EDP Distribuição - Energia, S.A.)	-	30 Anos (prorrogados nos termos dos documentos mencionados)	-	-	-	-

O Município de Oeiras dispõe apenas de contrato de exploração da concessão da distribuição de eletricidade de baixa tensão, que não contempla o pagamento de valores ao concessionário E-REDES, S.A.

De acordo com a Orientação Técnica n.º 1 da CNC, de 18 de fevereiro de 2025, é referido que dadas as dificuldades reportadas, por parte dos Municípios, na obtenção de informação detalhada e

atualizada de cada um dos ativos afetos a esta concessão e respetiva vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios com a entrega de terceiros, bem como a verificação das evidências do cumprimento do Classificador Complementar 2, entende-se que não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados à presente concessão de acordo com NCP 14.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Conforme previsto na NCP 5 do SNC-AP, os principais aspetos a ter em conta na contabilização dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) são o seu reconhecimento e os respetivos gastos de depreciação, bem como a determinação das quantias registadas.

A aplicação desta Norma permite ao Município evidenciar os recursos aplicados em bens dos quais se espera uma utilização por mais de um período de relato, e os benefícios económicos ou potencial de serviço que se obtêm da sua utilização pelos vários anos da sua vida útil.

Face ao exposto, através da análise dos AFT, é possível obter informação sobre os investimentos em ativos e as alterações que neles ocorreram (transferências, alienações, depreciações, imparidades, etc.).

Q.5.1 - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 432 702	0	0	16 432 702	16 438 078	0	0	16 438 078
Edifícios e outras construções	30 365 429	13 237 311	0	17 128 119	30 990 046	14 564 899	0	16 425 147
Infraestruturas	115 113 280	18 087 139	0	97 026 141	117 038 482	24 394 704	0	92 643 777
Património histórico, artístico e cultural	11 252 617	453 870	0	10 798 748	12 861 359	189 182	0	12 672 177
Outros	44 900	44 900	0	0	44 900	44 900	0	0
Bens de domínio público em curso	7 019 152	0	0	7 019 152	9 975 558	0	0	9 975 558
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	138 773 205	0	0	138 773 205	145 458 155	0	0	145 458 155
Edifícios e outras construções	380 000 077	139 611 694	0	240 388 383	420 350 871	148 177 625	0	272 173 245
Equipamento básico	31 635 050	23 456 767	0	8 178 283	33 867 957	25 435 457	0	8 432 500
Equipamento de transporte	18 773 267	13 242 885	0	5 530 382	19 644 692	15 159 914	0	4 484 777
Equipamento administrativo	14 832 616	13 107 513	0	1 725 102	15 258 319	13 510 643	0	1 747 676
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	14 405 742	10 276 150	0	4 129 592	15 053 577	11 123 970	0	3 929 607
Ativos fixos tangíveis em curso	78 963 686	0	0	78 963 686	113 934 289	0	0	113 934 289
Total	857 611 724	231 518 229	0	626 093 494	950 916 282	252 601 296	0	698 314 985

Da análise ao quadro 5.1 Ativos Fixos tangíveis - Variação das depreciações, acima refletido, verifica-se que a quantia escriturada no início do período (626,09 milhões) regista uma variação positiva de 72,2 milhões de euros face à quantia escriturada no final do período, o que significa um crescimento de 11,5 %.

No que respeita à quantia escriturada e respetivas variações do período de relato, o quadro 5.2 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período, abaixo apresentado, reflete a quantia escriturada e respetivas variações ocorridas no período de relato, destacando-se a coluna “Adições” que inclui as aquisições de novos ativos e as obras em curso.

A coluna das “Transferências Internas” reflete as transferências de AFT em curso para AFT e a coluna “Diminuições” apresenta os valores relativos a abates e alienações de ativos.

Nos pontos seguintes encontram-se detalhadas as principais conclusões quanto à análise das colunas “Adições” e “Diminuições”.

Q.5.2 - Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	16 432 702	0	5 376	0	0	0	0	0	16 438 078
Edifícios e outras construções	17 128 119	45 731	578 885	0	0	0	-1 327 589	0	16 425 147
Infraestruturas	97 026 141	133 795	1 832 030	0	0	0	-6 307 565	-40 624	92 643 777
Património histórico, artístico e cultural	10 798 748	1 632 472	27 896	0	0	0	264 688	-51 627	12 672 177
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	7 019 152	5 507 152	-2 550 746	0	0	0	0	0	9 975 558
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	138 773 205	6 274 348	438 568	0	0	0	0	-27 966	145 458 155
Edifícios e outras construções	240 388 383	35 238 061	6 085 790	0	0	0	-8 565 932	-973 058	272 173 245
Equipamento básico	8 178 283	1 824 152	692 474	0	0	0	-1 978 690	-283 719	8 432 500
Equipamento de transporte	5 530 382	1 082 232	0	0	0	0	-1 917 029	-210 808	4 484 777
Equipamento administrativo	1 725 102	657 401	0	0	0	0	-403 130	-231 698	1 747 676
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	4 129 592	372 108	309 173	0	0	0	-847 820	-33 446	3 929 607
Ativos fixos tangíveis em curso	78 963 686	42 980 928	-8 010 325	0	0	0	0	0	113 934 289
Total	626 093 495	95 748 383	-590 879	0	0	0	-21 083 067	-1 852 946	698 314 985

Relativamente ao quadro supra, aponta-se as seguintes notas:

- A quantia escriturada e variações do período, reflete as variações ocorridas no período de relato, tanto ao nível das adições como ao nível das diminuições;
- A coluna “Adições” inclui os montantes relativos a novas aquisições e valorização de ativos fixos tangíveis e os valores respeitantes ao investimento em curso;
- A coluna das “Transferências Internas” reflete as transferências de Investimento em Curso para Ativos Fixos Tangíveis;
- No que respeita à coluna “Diminuições” são apresentados os valores relativos a abates, alienações e regularizações de ativos.

Ao nível dos bens do domínio público em curso, de acordo com o Q.5.2, efetuaram-se transferências internas para Ativos Fixos Tangíveis no valor total de 2.550.746,26 €. Do valor total transferido, 2.121.546,28 € afetaram ativos do domínio público e 429.199,98 € afetaram ativos do domínio privado, salientando-se os seguintes:

- Eixo Verde e Azul, Acesso pedonal EVA Carnaxide – 420.820,00 €
- Museu Automóvel Antigo, Alameda Calouste Gulbenkian – 212.367,13 €

- Infraestruturas elétricas e de iluminação pública, incluindo equipamentos – 205.661,24 €;
- Infraestruturas da rede Viária – 365.051,07 €;
- Outras infraestruturas – 898.880,26 €;
- Sinalização rodoviária – 176.022,17 €;
- Património Histórico Artístico e Cultural – 3 Rélicas das estátuas de Machado de Castro instaladas na Quinta Real de Caxias – 27.896,15 €;
- Outros Ativos Fixos Tangíveis (Mobiliário urbano, contentores, equipamento lúdico e de fitness entre outros) – 216.832,85 €.

No que se refere aos registo nos ativos do domínio privado – Outros ativos fixos tangíveis, as variações ocorridas ao nível das Transferências Internas são relativas a Transferências de Investimento em Curso para Ativos Fixos Tangíveis. O montante total transferido é de 8.010.324,73 €. Do valor total transferido 322.641,47 € afetaram ativos do domínio público e 7.687.683,26 € afetaram bens do domínio privado, destacando-se os seguintes:

- Prédio rústico denominado "Carrascal" ou "Brejo", sito no Casal da Choca, em Porto Salvo – 130.472,00 €;
- Prédio rústico denominado "Chandares de Cima", Carnaxide – 447.100,00 €;
- Quinta da Estrangeira, Porto Salvo (Requalificação de espaços exteriores) – 317.265,47 €;
- Habitação Jovem Edifício Atlético Clube de Porto Salvo – 871.471,28 €;
- Habitação Jovem, Rua José Pedroso, Carnaxide – 285.797,27 €;
- Requalificação de Edifícios Habitação Social (Moinho das Rolas e Laveiras) – 1.175.763,35 €;
- Unidade de alojamento para funcionários municipais – 587.482,91 €;
- Casa D. Miguel – 156.227,91 €;
- Polidesportivo do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha – 653.364,97 €;
- Universidade Nova Atena – 449.248,68 €;
- EB Gil Vicente – 1.589.280,08 €;
- EB João Gonçalves Zarco – 230.664,95 €;
- Polidesportivo da EB Visconde de Leceia – 146.236,00 €;
- Parque Infantil da Pedreira Italiana – 161.377,58 €.

Ao nível das “Adições” o Q.5.2A – Ativos fixos tangíveis, desagrega-as em função da sua natureza.

Q.5.2A - Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Lotação financeira	Fusão, cisão,...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45 731,46	45 731
Infraestruturas	0	112 958,09	0	0	0	0	0	0	0	20 837,30	133 795
Património histórico, artístico e cultural	0	1 134 174,60	0	0	0	27 000	0	0	0	471 297,86	1 632 472
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Bens de domínio público em curso	0	5 502 909	0	0	0	0	0	0	0	4 243,50	5 507 152
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	1 050	25 000	0	0	0	1 153 246	0	0	0	5 095 051,73	6 274 348
Edifícios e outras construções	0	209 781	0	0	0	3 163 568	0	0	0	31 864 712,38	35 238 061
Equipamento básico	0	1 582 713	0	0	0	0	0	0	0	241 439,56	1 824 152
Equipamento de transporte	0	866 982	0	215 250	0	0	0	0	0	0,00	1 082 232
Equipamento administrativo	0	657 401	0	0	0	0	0	0	0	0,00	657 401
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Outros	0	362 199	0	0	0	0	0	0	0	9 908,61	372 108
Ativos fixos tangíveis em curso	0	42 980 928	0	0	0	0	0	0	0	0,00	42 980 928
Total	1 050	53 435 046	0	215 250	0	4 343 814	0	0	0	37 753 222,40	95 748 383

Relativamente às adições, os bens do domínio público sofreram um aumento total de 6.750.041,59€, destacando-se 5.502.908,90 € respeitantes a obras e projetos em curso e 1.134.174,60 € referentes a regularizações de ativos do património histórico, artístico e cultural.

As obras e projetos em curso mais relevantes, nas adições, foram as seguintes:

- Empreitada de reformulação do Campo de Futebol da Laje – 2.317.290,79 €;
- Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Navegadores – 517.931,84 €;
- Requalificação do Jardim e envolvente do Santuário Nossa Senhora da Conceição da Rocha, Carnaxide – 1.209.808,52 €;
- Ciclovia da Rua da Fonte, Vila Fria, Leceia – 1.174.525,11 €;
- Reabilitação dos espaços exteriores da Urbanização Pimenta & Rendeiro, Barcarena – 358.285,63 €;
- Outros (Projetos de arquitetura e especialidades, revisão de projetos, estudos de tráfego, estudos de impacto ambiental, fiscalização de obras, entre outros) – 1.076.926,80 €.

No que respeita à rubrica de ativos do património histórico, artístico e cultural, o aumento total verificado no valor de 1.632.472,26 € deveu-se maioritariamente à regularização dos valores de aquisição de um conjunto de esculturas instaladas no Parque dos Poetas, pelo facto de não se

encontrarem valorizadas ou porque o valor inscrito não estava em conformidade com o valor de aquisição. A este propósito efetuou-se:

- O reconhecimento de 11 esculturas, tendo sido refletido no ativo o valor de 665.531,06 €;
- A regularização do valor de aquisição de 22 esculturas, cujo valor em cadastro era inferior ao valor de aquisição, e 1 escultura cujo valor de aquisição inscrito era superior ao valor de aquisição. O impacto positivo decorrente destas regularizações foi de 885.725,86 €.

Relativamente aos Outros Ativos Fixos Tangíveis, as adições provocaram um aumento total de 88.429.230,80 €, destacando-se as seguintes rubricas:

- Terrenos e recursos naturais – 6.274.348,20 €;
- Edifícios e outras construções – 35.238.061,32;
- Equipamento básico – 1.824.152,12 €;
- Equipamento de transporte – 1.082.232,41 €;
- Ativos fixos tangíveis em curso: 42.980.927,98 €.

Relativamente às rubricas de terrenos, recursos naturais, edifícios e outras construções do domínio privado, as adições referem-se essencialmente a incorporações resultantes da transferência de competências do Estado para o Município, na área da educação e da saúde, designadamente:

- Terreno subjacente ao Centro de Saúde de Paço de Arcos – 1.054.522,50 €;
- Terreno subjacente à Escola Básica Vieira da Silva – 1.215.912,50 €;
- Terreno subjacente à Escola Básica de Miraflores – 1.487.110,00 €;
- Terreno subjacente à Escola Básica Dr. Joaquim de Barros – 1.547.050,00 €;
- Terreno subjacente ao Jardim de Infância José Martins – 79.387,50 €;
- Edifício do Centro de Saúde de Paço de Arcos – 3.163.567,50;
- Escola Básica Sophia de Mello Breyner – 3.642.478,94 €;
- Escola Básica Vieira da Silva – 3.247.328,79 €;
- Escola Secundária de Miraflores – 5.930.726,47 €;
- Escola Básica de Miraflores – 4.461.330,00 €;
- Escola Básica Dr. Joaquim de Barros – 3.904.659,73 €;
- Escola Básica João Gonçalves Zarco – 2.791.161,88 €;
- Escola Básica de São Bruno – 1.985.670,88 €;
- Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço – 4.775.661,83 €;

- Escola Básica Armando Guerreiro – 509.880,00 €.
- Jardim de Infância José Martins – 114.133,18 €.

No que respeita às adições na rubrica de equipamento básico, o valor total de 1.824.152,12 €, resulta essencialmente da aquisição de:

- Equipamento de deposição de resíduos – 416.976,91 €;
- Equipamento para Auditórios Municipais – 178.187,63 €;
- Equipamento para bar e refeitório do Palácio do Marquês e para refeitórios escolares – 135.028,65 €;
- Equipamento para a Polícia Municipal e Proteção Civil – 57.944,77 €;
- Equipamento para parques infantis, polidesportivos e escolas – 627.770,95 €.

A rubrica de equipamentos de transporte evidencia um aumento de 1.082.232,41 € proveniente de:

- Incorporação no ativo de 5 viaturas por via da transferência de competências do Estado para o Município na área da saúde – 215.250,00 €;
- Aquisição de 1 viatura de recolha de Resíduos Sólidos e Urbanos – 376.872,00 €;
- Aquisição de 1 Retroescavadora e de 1 Trator – 216.540,79 €;
- Grande reparação em 2 viaturas – 133.455,00 €.

O valor das aquisições nas rubricas de equipamento administrativo e outros, no montante total de 1.029.507,77 € advém essencialmente da aquisição de:

- Equipamento informático – 604.275,76 €;
- Mobiliário diverso – 202.263,71 €;
- Ferramentas e máquinas ligeiras – 37.608,81 €;
- Mobiliário para feiras – 18.204,00 €.

A rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso, sofreu um aumento no valor total de 42.980.927,98 € que resultou essencialmente do desenvolvimento das seguintes empreitadas:

- Construção do novo edifício sede do Município – Fórum Oeiras – 14.695.749,63 €;
- Reabilitação e restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos – 1.072.266,00 €;
- Centro Cultural de Barcarena – 1.187.374,05 €;
- Empreendimento Habitacional Alto da Montanha – 7.395.159,08 €;
- Empreendimento Habitacional Quinta dos Aciprestes – 1.780.442,42 €;
- Empreendimento Habitacional Parque da Junça – 2.272.893,84 €;

- Empreendimento Habitacional Terra do Moinho – 466.374,47 €;
- Empreendimento Habitacional São Marçal II – 510.604,98 €;
- Empreendimento Habitacional de Leceia – 956.483,51 €;
- Empreendimento Habitacional Quinta das Acáias – 431.783,13 €;
- Requalificação Habitação Social em Caxias – 860.576,94 €;
- Requalificação Habitação Social em Paço de Arcos – 814.981,11 €;
- Requalificação habitação Social no Alto da Loba – 321.474,86 €;
- Requalificação Habitação Social em Porto Salvo – 663.929,11 €;
- Requalificação Habitação Social em Oeiras – 791.246,18 €;
- Requalificação Habitação Social em Outurela – 372.828,20 €;
- Habitação jovem Atlético Clube de Porto salvo – 328.717,64 €;
- Escola Básica Gil Vicente – 1.597.774,63 €;
- Universidade Sénior – 337.311,31 €;
- Palácio dos Aciprestes – 816.868,73 €;
- Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores – 982.470,79 €;
- Palácio do Egito – 519.400,00 €;
- Polidesportivo do Bairro 25 de Abril – 648.826,27 €;

Ao longo do exercício de 2024 o Ativo do Município sofreu diminuições no valor total de 1.852.945,75€, conforme informação constante no quando infra.

Q.5.2B - Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	-40 624	-40 624
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	-51 627	-51 627
Outros	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-341	0	0	0	-27 625	-27 966
Edifícios e outras construções	-105 275	0	0	0	-867 783	-973 058
Equipamento básico	-66 228	0	0	0	-217 491	-283 719
Equipamento de transporte	0	0	0	0	-210 808	-210 808
Equipamento administrativo	0	0	0	0	-231 698	-231 698
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	-33 446	-33 446
Ativos fixos tangíveis em curso	0	0	0	0	0	0
Total	-171 844	0	0	0	-1 681 102	-1 852 946

As diminuições apresentadas são relativas a alienações a título oneroso, agregação em novos bens, regularizações de anos anteriores e abate de bens móveis por obsolescência.

Nota 6 – Locações

O Município tem apenas contratos vigentes de locações operacionais conforme quadro infra:

Q.6.2 - Locações Operacionais

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
806 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 8.(C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	157 474	25 990	0	135 665	0	31 187	11 933	0	43 121	21 809	
1204 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 1	308 731	75 876	0	262 479	0	75 876	39 806	0	115 681	46 252	
1210 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 2	1 171 815	286 957	0	975 999	0	286 957	159 493	0	446 450	195 816	
1211 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 3	302 862	74 903	0	263 631	0	74 903	39 368	0	114 271	39 231	
1214 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 4	37 324	9 100	0	31 422	0	9 100	5 220	0	14 320	5 903	
1215 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2020/73068 Proc 2020/1979) Lote 5	66 931	12 324	0	47 299	0	16 425	8 986	0	25 412	19 633	
69 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2021/35836 PROC 2021/1056)	46 411	11 449	0	32 562	0	11 449	12 064	0	23 513	13 849	
524 Aluguer operacional 15 viaturas Lote 1 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2023)	40 115	9 882	0	25 608	0	9 875	13 782	0	23 657	14 507	
525 Aluguer operacional 15 viaturas Lote 2 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	309 223	76 383	0	196 693	0	76 383	106 851	0	183 234	110 529	
527 Aluguer operacional 15 viaturas Lote 3 (EDOC/2021/73008 PROC 2021/2030)	35 310	8 751	0	16 069	0	8 751	11 975	0	20 725	19 241	
39 Locação de duas viaturas ligeiras CP 1342/23 DVM	97 995	23 532	0	23 532	0	25 249	72 746	0	97 995	74 463	
791 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 1.(C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	88 172	11 503	0	88 161	0	8 475	0	0	8 475	10	
121 Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 1 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	60 725	1 010	0	59 916	0	1 133	0	0	1 133	809	
122 Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 3 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	144 803	4 870	0	144 668	0	3 381	0	0	3 381	135	
125 Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 4 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	19 819	1 970	0	19 512	0	451	0	0	451	308	
127 Locação de viaturas ligeiras, em AOV, por 60 meses, por divisão em lotes, para a frota municipal - LOTE 5 (CN 32/19)(P. 638DCP2018)	25 395	741	0	25 304	0	544	0	0	544	91	
467 Locação de duas viaturas ligeiras - lote 1 (DVM Proc nº 1797/2023)	83 806	14 164	0	14 164	0	15 258	68 548	0	83 806	69 642	
468 Locação de duas viaturas ligeiras 2 lotes - lote 2 (DVM Proc nº 1797/2023)	53 710	8 071	0	8 071	0	9 729	43 981	0	53 710	45 639	
590 Locação de 4 (quatro) viaturas ligeiras de passageiros a gasóleo, pelo período de 48 meses - LOTE 1 (CN 82/20)(P. 2471/DCP/2019 Edoc. 300.10.005/2019/2471)	103 336	7 977	0	102 283	0	7 612	0	0	7 612	1 053	
592 Locação de 1 (uma) viatura ligeira de passageiros a gasóleo, pelo período de 48 meses - LOTE 2 (CN 82/20)(P. 2471/DCP/2019 Edoc. 300.10.005/2019/2471)	32 823	2 928	0	32 493	0	2 340	0	0	2 340	329	
796 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 2.(C.N.79/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	185 798	24 841	0	185 747	0	18 866	0	0	18 866	51	

CONTRATOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. Mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes						
800 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 3.(C.N.79/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	46 497	6 703	0	45 785	0	4 720	0	0	4 720	713	
801 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 5.(C.N.79/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	157 057	21 909	0	156 962	0	16 752	0	0	16 752	95	
804 Locação de viaturas ligeiras para a frota municipal, em regime de AOV, por divisão em lotes - LOTE 6.(C.N. 65/2020); (Processo n.º300.10.005/2019/345)	53 742	6 602	0	53 174	0	5 324	0	0	5 324	567	
930 Locação operacional de viaturas ligeiras - Proc.º 422/2024 (DVM)	16 753	14 633	0	14 633	0	16 753	0	0	16 753	2 119	
1402 Locação operacional de 7 viaturas ligeiras - Pº300.10.005/2024/655	12 107	6 964	0	6 964	0	12 107	0	0	12 107	5 143	
1470 Locação operacional de 26 viaturas	21 296	20 233	0	20 233	0	21 296	0	0	21 296	1 063	
1622 Locação em regime de AOV de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	560 798	25 084	0	25 084	0	36 567	524 231	0	560 798	535 714	
1623 Locação em regime de AOV de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	495 205	18 197	0	18 197	0	32 112	463 093	0	495 205	477 008	
1624 Locação em regime de AOV de viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias	116 203	2 287	0	2 287	0	7 622	108 580	0	116 203	113 916	
238 Locação viaturas ligeiras AOV (EDOC/2021/35836 PROC 2021/1056-lote 4)	282 965	76 140	0	177 139	0	70 281	72 356	0	142 637	105 826	
Total	5 135 200	891 973	0	3 213 738	0	917 478	1 763 013	0	2 680 492	1 921 462	

Nota 7 – Empréstimos Obtidos -Empréstimos Bancários

Q.7 – Empréstimos obtidos - empréstimos bancários

Entidade	Finalidade	Data do Contrato	Data de Emissão Tribuna de Contas (se aplicável)	Prazo do Contrato	Capital	Taxa de juro	Pagamentos de atrasos anteriores			Pagamentos do ativo			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de Dezembro			
							Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Ajuste/Variação	Juros	Total					
C30	282 Fcções do Pêgo dos Carvalhos -Oeiras -ALT/DA/123/2015	37/05/2008	30/6	6.491.394	6.491.394	1,32%	0,00%	4.319.819	172.355	4.532.174	251.648	26.200	278.046	0	2.637.168	2.885.320		
C30	165 Fcções do Alto dos Eucaliptos -ALT/DA/123/2016	13/10/2008	31/10/2008	300	3.693.905	3.693.905	1,32%	0,00%	2.627.655	103.915	2.731.710	151.064	15.556	166.126	0	1.561.563	1.430.519	
C30	32 Fcções Urbanização Alto dos Bommios -ALT/DA/123/2015	05/10/2008	23/10/2008	302	888.507	888.507	2,41%	0,07%	565.753	30.882	526.841	34.360	4.159	38.516	0	362.338	327.978	
Banco BPI	Manutenção de projectos de investimento e das instalações nos anos de 2022/2024/2025	34/05/2022	15/09/2022	244	34.561.000	30.654.324	0,70%	0,70%	0	0	218.035	0	977.257	977.257	0	19.569.464	30.643.324	
C30	Construção de 45 Unidades Residenciais Centro de Ação à 3ª Idade -EP S. Mamede -ALT/DA/123/2016	23/07/2008	23/10/2008	304	785.369	785.369	2,28%	0,00%	538.454	27.403	555.867	30.479	3.950	34.166	0	221.409	230.930	
Millennium BCP - ECP SA	Empreendimento Piscicultura JN -Junta de Noudel de Junqueiro 2023-2026	23/05/2023	13/10/2023	63	15.610.000	14.416.939	4,25%	4,25%	0	0	0	0	0	50.627	60.627	0	1.416.939	1.416.939
C30	80 Fcções na Pónta da Canaide -Péte dos Carvalhos -ALT/DA/123/2016	15/06/1996	15/05/1996	300	15.478.855	15.478.855	4,00%	0,15%	1.646.665	60.123	176.796	33.522	265	33.787	0	33.522	0	
C30	66 Fcções da Ribeira da Lapa -FEER/DA/123/2016	13/04/1996	13/04/1996	318	877.186	877.186	5,10%	0,62%	913.013	48.825	931.844	33.354	594	40.346	0	39.354	0	
C30	167 Fcções do Alto dos Eucaliptos -ALT/DA/123/2016	23/12/2002	23/01/2002	300	3.596.712	3.596.712	0,98%	0,15%	3.344.484	159.255	3.523.943	143.539	6.780	156.316	0	532.452	322.913	
C30	16 Fcções do Alto da Tenugem -ALT/DA/123/2015	19/06/2002	19/06/2002	305	333.950	333.950	0,94%	0,14%	324.125	9.788	333.944	5.705	316	6.021	0	23.306	17.600	
				Total	56.415.048	50.687.170			14.319.992	31.020	15.210.284	695.874	1.066.446	1.792.017	0	25.514.534	37.106.524	

Não são reconhecidos como gastos dos ativos, os custos com os empréstimos.

O empréstimo (contrato visado em outubro de 2023) com o Banco Millennium BCP, SA, até ao montante global de 1,5 milhões de euros, pelo prazo de 5 anos, excecionado para o endividamento Municipal nos termos do art.º 118 da LOE de 2023, do qual houve um único desembolso no montante total de cerca de 1,4 milhões encontra-se ainda em vigor, não tendo sido efetuado qualquer pagamento de dívida do mesmo no ano de 2024, na medida em que se encontra em período de carência.

O empréstimo efetuado ao Banco BPI no montante de 34,5 milhões de euros apresenta a seguinte execução:

Entidade	Finalidade	Pagamentos Acumulados 2024	Pagamentos Acumulados 2023	Pagamentos Acumulados 2022	Pagamentos Acumulados Total
BPI	Nó de Ligação da CRIL a Miraflores	0	0	250 000	250 000
BPI	Execução da ciclovia da Medrosa	0	0	150 000	150 000
BPI	Execução da Praça de Talaíde	0	0	250 000	250 000
BPI	Fábrica da Pólvora de Barcarena - Recuperação de Edifício das Oficinas a Vapor	0	144 251	0	144 251
BPI	Estabilização de talude - Campo do Sporting	0	39 428	242 401	281 829
BPI	Escola de São Bruno	0	6 338	243 662	250 000
BPI	Biblioteca Municipal de Oeiras - Remodelação do sistema de ar condicionado	1 166	3 498	68 362	73 026
BPI	Reformulação do Campo de Futebol - Laje	1 254 078	491 922	0	1 745 999
BPI	Pavilhão Desportivo da EB 2, 3 Dr Joaquim de Barros	201 150	0	0	201 150
BPI	Parque Urbano de Vila Fria, em Porto Salvo	0	670 854	198 750	869 604
BPI	Reabilitação e Restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos	315 710	566 077	408 370	1 290 157
BPI	Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel - Obra	0	664 751	1 335 249	2 000 000
BPI	Palácio dos Aciprestes - Pátio das Amendoeiras	723 889	990 963	85 148	1 800 000
BPI	Construção da Alameda da Zona C, Casal da Choca	0	304 460	195 540	500 000
BPI	Habitação Jovem: Av. Patrão Joaquim Lopes 11-15 em Paço de Arcos	0	355 164	244 836	600 000
BPI	Habitação Jovem - Atlético Clube de Porto Salvo	150 010	258 423	91 567	500 000
BPI	Rotunda na Av. Tomás Ribeiro/Rua João Chagas em Linda-a-Velha	12 105	364 697	0	376 802
BPI	Parque Nossa Senhora da Rocha Carnaxide Queijas	825 936	99 954	0	925 890
BPI	Centro de Saúde Mental e Auditório José de Castro	0	364 206	935 794	1 300 000
BPI	Centro Social e Cultural de Barcarena	597 774	389 207	13 018	1 000 000
BPI	Piscina Municipal de Barcarena	0	144 125	455 875	600 000
BPI	Quinta da Politeira	0	126 841	73 159	200 000
BPI	Infraestruturas zona C fase I, Laje	0	0	42 170	42 170
BPI	EB1 Sá de Miranda	0	100 000	0	100 000
BPI	EB1 D. Pedro V	0	20 021	0	20 021
BPI	Escola Gil Vicente - Queijas	338 870	161 130	0	500 000
BPI	Ciclovia da Rua da Fonte Vila Fria a Leceia	643 871	0	0	643 871
BPI	Polo de formação da Outurela	771 332	0	0	771 332
BPI	Alojamento de funcionários municipais (10 fogos) - Laje	0	491 832	0	491 832
BPI	Edifício Universidade Sénior Nova Atena (ampliação)	192 232	107 768	0	300 000
BPI	Edifício do Fórum Municipal	4 859 738	7 816 653	0	12 676 392
		Total	10 887 860	14 682 562	5 283 902
					30 854 324

Nota 8 – Propriedades de investimento

É na NCP 8 do SNC-AP que se encontram previstos os requisitos de contabilização das propriedades de investimento. É ainda nesta norma que se encontra a definição de Propriedade de Investimentos “é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos (...).”.

Nos termos do ponto 6.1. da NCP 8, o Município escolheu como política contabilística o modelo do custo referido no ponto 6.3., aplicando essa política a todas as suas propriedades de investimento, através da mensuração dessas propriedades de acordo com os requisitos da NCP 5 (Ativos Fixos Tangíveis), isto é, ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Q.8.2 - Propriedades de investimento – modelo do custo, quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações Período	Perdas imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	3 746 730	0	0	0	0	0	0	3 746 730
Edifícios e outras construções	13 533 516	0	0	-353 602	0	0	0	13 179 914
Outras Propriedades de Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	17 280 246	0	0	-353 602	0	0	0	16 926 645

Nota 9 – Imparidades de ativos

Nos termos da NCP 9 do SNP-AP, o Município deve aplicar determinados procedimentos para aferir se um ativo está em imparidade e assegurar que as perdas por imparidade são reconhecidas, assim como assegurar a reversão de uma perda por imparidade, quando aplicável.

De realçar que relativamente aos materiais diversos de armazém (matérias-primas, subsidiárias e de consumo), o MO considerou para registo das perdas por imparidade as seguintes percentagens:

- 100% para materiais sem rotatividade há mais de 1 ano; e
- 50% para materiais sem rotatividade há pelo menos 1 ano.

Foram, no exercício findo a 31 de dezembro de 2024 registadas reversões de imparidades no montante de 82.607,39 €.

Em relação às rúbricas Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber, o montante anual acumulado de imparidades é determinado pela antiguidade do vencimento das mesmas, sendo considerado dívida com imparidade total a superior a doze meses e quando exista dívida entre seis e doze meses desde que a mesma entidade tenha igualmente dívida superior a doze meses. Foram registados no exercício de 2024 um reforço de imparidades no montante de 107.450,01 € e uma reversão de imparidade acumulada de 34.547,62 €.

Q.9.1 - Imparidades de ativos geradores de caixa e não geradores

Ativos	Natureza	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor Uso
Inventários	Gerador de Caixa	1 821 520	191 981	1 629 538		1 629 538
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	5 904 716	3 933 216	1 971 500	1 971 500	
Outras contas a receber	Gerador de Caixa	9 759 613	318 829	9 440 784	9 440 784	
Total		17 485 848	4 444 026	13 041 822	11 412 284	1 629 538

Nota 10 – Inventários

A NCP 10 do SNC-AP, fornece orientações quanto ao tratamento contabilístico para os inventários, quanto à determinação do custo e o seu subsequente reconhecimento como gasto, bem como quanto às fórmulas de custeio utilizadas para atribuir custos aos inventários.

Nestes termos, foi adotado pelo Município o sistema de inventário permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Q.10.1 - Inventários

RUBRICAS	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	0	0	0
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 821 520	191 981	1 629 538
Produtos acabados e intermédios	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0
Total	1 821 520	191 981	1 629 538

Os movimentos ocorridos durante o período de 2024 em Inventários, deveram-se essencialmente a:

- a) Compras de matérias-primas;
- b) Consumos; e
- c) Correções de quantidade/preço médio/unidades.

Q.10.2 - Inventários: movimentos do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos Inventários	Perdas por imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras Reduções de Inventários	Outras Aumentos de Inventários	
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 730 354	1 576 439	2 478 215	534 564	0	82 607	555 494	739 283	1 629 538
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 730 354	1 576 439	2 478 215	534 564	0	82 607	555 494	739 283	1 629 538

Nota 11 – Agricultura

O objetivo da NCP 11 é estabelecer o tratamento contabilístico relativo à atividade agrícola e aplica-se a ativos biológicos (animais e plantas vivas) e produtos agrícolas na fase de colheita, ou seja, até ao corte.

Atendendo a esta norma, apresenta-se como ativos biológicos, as suas videiras e oliveiras, os quais não tiveram alteração de valor no presente exercício. Já no que se refere aos produtos agrícolas, apresenta-se o seu Vinho “Villa Oeiras, tendo sido possível o apuramento e valorização da produção no exercício de 2024.

Q.11.1 - Agricultura (variações)

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Variações no Justo Valor	Quantia Escriturada Final
		Compra	Transação sem Contraprestação	Outros Aumentos	Total dos Aumentos	Venda	Transação sem contraprestação	Outras Diminuições	Total das Diminuições		
Animais de produção duradoura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Animais consumíveis para venda com contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Animais consumíveis para alienação sem contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantas de produção duradoura	91 839	0	0	0	0	0	0	0	0	0	91 839
Plantas consumíveis para venda com contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos agrícolas no ponto de colheita	1 019 111	0	0	650 077	650 077	0	0	187 415	187 415	0	1 481 773
Total	1 110 949	0	0	650 077	650 077	0	0	187 415	187 415	0	1 573 611

Nota 13 – Movimentos de transações com contraprestação

O rendimento das transações com contraprestação resulta de transações ocorridas durante o período de relato em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos por uma determinada quantia e ainda recebimentos de outras entidades públicas ou do resultado de juros e dividendos.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da retribuição recebida e que grande parte deles provêm da cobrança de receitas próprias nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas de 2024.

Prestação de serviços e venda de bens

O rendimento é reconhecido aquando da transmissão do direito ao serviço ou bem, evidenciado na Demonstração dos Resultados por Natureza à data de 31 de dezembro de 2024.

Juros

O rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados por Natureza, através do juro efetivo durante o período do relato.

Dividendos

Os dividendos são reconhecidos aquando da colocação dos mesmos à disposição da entidade.

O quadro seguinte apresenta a decomposição dos rendimentos de transações com contraprestação à data do relato.

Q.13.1 – Rendimento de Transações com contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Inicio do período	Final do período
Prestação de Serviços	16 729 379	0	4 238 766	4 275 351
Vendas	475 858	0	0	155 749
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	380 111	0	0	0
Royalties	0	0	0	0
Outros Rendimentos	23 134 031	19 363	404 623	351 503
Total	40 719 379	19 363	4 643 389	4 782 604

Nota 14 – Movimentos de transações sem contraprestação

Para os rendimentos auferidos pelo Município provenientes de transações sem contraprestação foram consideradas as orientações dadas pela NCP 14 do SNC-AP.

A maioria dos rendimentos sem contraprestação, tal como referido na norma contabilística é proveniente de impostos e transferência obtidas.

As transferências são influxos de benefícios económicos provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Nestas estão incluídas as transferências relativas a financiamentos do PRR.

O quadro seguinte, apresenta a decomposição dos rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados à data do relato.

Q.14.1 – Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em:		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Inicio do período	Final do período
Impostos diretos	66 589 029	0	0	0
Impostos indiretos	52 435 891	0	0	0
Taxas	16 051 135	0	977 233	1 332 550
Multas e outras penalidades	561 496	0	29 380	10 381
Transferências sem Condições	46 844 364	0	1 712 929	152 770
Transferências com Condições	919 765	1 635 110	21 681	1 445 860
Legados ofertas e doações	0	69 335 973	0	0
Total	183 401 681	70 971 083	2 741 222	2 941 561

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Considerando o disposto na NCP 15 do SNC-AP, uma provisão trata-se de um passivo de momento ou quantia incertos, um passivo contingente é uma obrigação que decorre de acontecimentos passados e um ativo contingente é um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão sob o controlo do Município.

Face ao exposto, as provisões foram calculadas com base em valores atribuídos com fiabilidade e para os quais existe uma grande probabilidade de o Município vir a ser condenado, não se tendo verificado alterações significativas no valor das provisões face ao ano anterior.

O quadro *infra* demonstra as provisões registadas relativas aos processos judiciais em curso, no valor de cerca de 548 mil euros, tendo existido ao longo do exercício uma diminuição de 136 mil euros e um aumento de 88 mil euros.

Q.15.1- Provisões

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos	Outros aumentos	Total de Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total de Diminuições	
Processos judiciais em curso	597 091	0	88 023	0	88 023	0	136 198	0	136 198	548 916
Outras provisões	0	0	111 672	0	111 672	0	0	0	0	0
Total	597 091	0	199 696	0	199 696	0	136 198	0	136 198	660 588

No quadro *infra* encontra-se detalhado as responsabilidades contingentes (passivos) de acordo com os processos judiciais em curso:

Conta	Designação do Processo	N.º do Processo	Objecto	Estado / Probabilidade	Montante
091	Responsabilidades contingentes				6 353 383
0911	Processos judiciais em curso				6 353 383
0911300094	Mota-Engil - Engenharia e Construção S.A. 500 197 814 Casa da Calçada, Largo do Paço, n.º 6, 4600-017 Cepelos Amarante	545/23.4BESNT	Contrato de Empreitada "Passeio Marítimo - Troço entre a Baía dos Golfinhos e a Praia da Cruz Quebrada", com a Ref. ^a 0070/DOM/DGEPIM/14	Autos irão tramitar no TAC de Lisboa	375 059
0911300135	Promorail	1111/08.0BESNT	Pagamento de prejuízos decorrentes do prolongamento da empreitada para a concepção e construção das bancadas do Estádio Municipal de oeiras	Sentença 1 ^a instância que julgou improcedente a quase totalidade dos pedidos da autora, com exceção do pedido de ilegalidade de aplicação de multa contratual no valor de € 673.973,00 e de algumas reclamações quanto ao auto 27 da empreitada (de pequenissimo valor) e julgou improcedentes os pedidos reconvenicionais de indemnização formulados pelo atraso na conclusão da obra. Decisão objecto de recurso.	1 451 822
0911501817	PL - Administração do porto de Lisboa	Cobrança Judicial	Faturas	Acordo para execução de obras	1 440 532
0911980765	FOSC - Faial Obras Soc. de Construções, Lda.	421/18.2BESNT	Multa Contratual	Aguarda Julgamento.	26 492
0911988957	2 PI - Projectos e Promoção de Investimento Imobiliário, Lda.	963/19.2BESNT	Garantia Bancária	Aguarda julgamento	6 667
0911988002	Íris Filipe	47/15.2BEALM	Ação de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Soeiro Pereira Gomes Lote 55 - Já foi depositado a título de caução o valor 22.611,00. Se a ação proceder o dinheiro fica como pagamento do imóvel, se improceder o dinheiro é devolvido.	Aguarda sentença	22 611
0911989009	Maria Fernanda de Almeida Diniz de Carvalho	1283/08.3BESNT	Terreno sito em Paço de Arcos - requer o pagamento de € 20.500, a título de indemnização, por danos patrimoniais resultantes da privação do uso do imóvel.	Decisão condenatória. Foi interposto recurso.	20 500
0911989010	Associação Oeiras Merece Mais	887/06.3BESNT	SATU Oeiras	Aguarda sentença em 1 ^a instância.	2 959 700
0911997206	José Maria dos Santos Fernandes	649/24.6BESNT	Decretação de despejo administrativo ilícito, na Rua Dr. Vitor Sá Machado, n.º 12, 1 ^º Esq., Carnaxide	Pendente	50 000

No quadro seguinte são detalhadas, como ativos contingentes, as cauções não pecuniárias e garantias existentes à data do relato:

Conta	Entidade	Montante
092	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas	65 243 083
0921	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Prestadas	78 071 160
09211	Cauções /Garantias - Prestadas por Fornecedores de c/c	3 664 619
09211233299	Auto Sueco Portugal - Veículos Pesados,sa	93 514
09211300085	Trafurbe - Sinalização, Construção e Engenharia, S.A.	5 990
09211400010	Finlog Aluguer e Comércio de Automóveis, SA.	79 080
09211500389	Barraqueiro Transportes SA	6 000
09211500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação de Serviços, Lda.	98 588
09211500468	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equip. Rodoviários, S.A.	14 972
09211500515	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.	60 000
09211500682	Lease Plan Portugal Comércio e Aluguer Automóvel e Equipamentos, Lda	10 488
09211500932	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	176 626
09211501081	Toyota Caetano Portugal, S.A.	10 463
09211501220	Vodafone Portugal, SA	119 453
09211501657	Parques e Jardins - Projectos e Construção, Lda	87 945
09211501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	28 200
09211501762	Man Truck & Bus Portugal, Soc. Unipessoal, Lda	33 975
09211503997	Uniself - Soc. Restaurantes Públicos e Privados, SA	440 983
09211503999	Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	15 496
09211504037	Palfinger - Comércio e Aluguer de Máquinas, SA	1 187
09211504208	Eurest Portugal Soc Europeia Restaurantes Lda	96 000
09211504562	Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal, Lda.	14 287
09211504778	Hydraplan - Manutenção e Comércio de Veículos, SA	32 315
09211504871	Grupnor Elevadores Portugal Lda	2 637
09211971891	Generali Seguros, S.A.	85 944
09211975938	Carlos Oliveira Caseiro - Manut. de Fontes Luminosas, Unip., Lda.	16 663
09211976240	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	514 878
09211976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	80 483
09211976465	Electritel - Instalações de Energia e Telecomunicações, Lda.	24 891
09211977584	Ovo Solutions - Soluções Ambientais, SA	29 813
09211977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	141 470
09211978792	NOS Comunicações, SA	5 076
09211978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	3 799
09211978839	NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	30 975
09211979545	Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal	50 994
09211979789	Perene, S.A.	69 417
09211979972	Soma - Environmental Solutions, Lda.	19 650
09211982831	Mofil Environment Equipment, Lda.	5 690
09211985339	Maxifardas - Vestuário Para Trabalho, Lda.	3 741
09211986375	Meristema, SA	157 462
09211986464	Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A.	24 922
09211986486	Sá Límpa - Sociedade de Limpezas, Lda.	23 216
09211987162	Atelier Central, Arquitectos, Lda	46 856
09211987560	Iveco Portugal, SA	11 000
09211987618	Justacolina - Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda	92 683
09211988593	Enser - Fomento de Atividades Económicas, Lda.	7 280
09211988762	MVCC – Mercês Vieira e Camilo Cortesão, Arquitectos, Lda.	10 114
09211990177	Push Safety, Lda.	8 749
09211990195	Arquijardim, S.A.	98 084
09211990559	Oeiras Praia Restauração Lda	47 462
09211990777	Gonçalo Byrne, Arquitectos, Lda.	26 300
09211991260	Ecoambiente - Serviços e Meio Ambiente, SA	257 473
09211991485	CTT Soluções Empresariais, S.A.	28 792
09211991860	Prezero Ambiente,S.A.	280 543
09211993750	Pqb - Produtos Químicos e Biológicos Unipessoal Limitada	20 000
09211995146	Goldenergy, Empresa Comercializadora de Energia S.A	12 000

Conta	Entidade	Montante
09212	Cauções/Garantias - Prestadas por Fornecedores de investimento	20 581 486
09212131696	Sibafil - Sociedade de Empreitadas, Lda.	22 092
09212134667	ENOCIVIL, LDA.	1 514
09212214308	Lenaconstrui - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	11 171
09212215888	CAPEX - Engenharia Unipessoal, Lda.	709
09212218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LDA.	3 929
09212223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.	13 526
09212227958	JPMAENG, Unipessoal, Lda.	1 642
09212300005	Mateus Vicente & Seabra Nascimento, Lda.	922
09212300014	Quinhagre Construções S.A.	101 284
09212300016	Luis Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, S	55 090
09212300022	Socijoba, Lda.	1 201
09212300028	Teixeira Duarte Eng. Construções, SA	317 907
09212300034	Armando Cunha S.A.	103 655
09212300041	Alves Ribeiro, S.A.	33 643
09212300043	CME - Construções e Manutenção Electromecânica, S.	2 497
09212300048	Comiprojecto - Projectos e Construções, Lda	2 008
09212300049	Caras Correia, S.A.	1 292
09212300052	CJG - Construções, Ld ^a .	5 755
09212300060	Edisserra - Construções, S.A.	10 036
09212300072	Oliveiras, S.A.	222 785
09212300073	João Jacinto Tomé	8 841
09212300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	14 386
09212300086	Silva Brandão & Filhos, Lda.	6 120
09212300108	Monumenta-conserv.restauropatrimónio Arquitectónic	43 119
09212300110	Flores & Gomes, Construções e Obras, Lda.	6 216
09212300113	Pavilancil - Soc. de Construções de Pavimentos e L	10 455
09212300117	Azinheirinho - Sociedade de Construções, S.A.	5 090
09212300135	Promorail, Lda.	203 104
09212300136	N. Costa Ramos, Ld ^a .	112
09212300137	Ecbuild Construção e Projecto Lda	835
09212300138	Eventuo Engenharia e Construção Civil, Lda.	21 958
09212300139	Magoflor Jardins do Magoflo Lda	1 160
09212300141	Sotecnisol - Coberturas e Fachadas, S.A.	3 287
09212300144	PMJ - Construções, Lda.	454
09212300145	Loviril - Construção Civil, Lda.	372 855
09212500001	Artemisia - Centro de Jardinagem, Lda.	7 507
09212500249	Schréder Iluminação, S.A.	14 166
09212500341	Alberto Roque, Lda.	22 402
09212500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação de Serviços, Lda.	1 480
09212500454	Fabrigimmo-fabric.mat.desporto,lida	14 091
09212500468	Fernando L. Gaspar, S.A	25 469
09212500858	OLICO - Materiais para construção civil e obras pú	74 530
09212501169	Soposa Eco Innovation, S.A.	71 019
09212501583	UEM - Unidade Estruturas Metálicas, SA	14 278
09212501656	Engirega - Projectos e Execução de Sistema, Lda.	8 071
09212501657	Parques e Jardins, Lda.	2 225
09212501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	77 346
09212501807	Sociedade de Construções Mançôs & Calains	5 480
09212501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	90 607
09212502136	Cristina Veríssimo, Diogo Burnay, Arquitectos Associados, Lda.	12 950
09212502170	Omepe-obra, Medi. Proj. Ld ^a .	22 624
09212502225	Etratraf, S.A.	1 753
09212504563	SOMOVE, LDA	47 960
09212504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	9 092
09212505169	Prospectiva-Projectos,Serviços,Estudos , SA	4 098
09212970569	Cobeng Construtora, Lda.	16 342
09212970972	GASFomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	54 254
09212971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	141 952
09212971367	Sanestradas-Empr.Obras Públicas e Particulares,SA	63 160
09212971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	50 585
09212971781	PROPEMI	20 302

Conta	Entidade	Montante
09212972005	Artevias Sinalização Rodoviária, Lda.	7 913
09212972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	17 622
09212972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	4 067
09212973277	Paredes & Paredes, Lda.	24 946
09212973747	Estrela do Norte, Lda.	158 062
09212973799	Unikonstrói, Lda	674 208
09212974143	Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	225 397
09212975042	Joaão Manuel Neto Rosa	265
09212975507	Sotráfego - Sol. de Trânsito, Estacionamento e Co	1 671
09212975624	Lourença Construção Civil, Lda	7 350
09212975926	Orona Portugal, Lda.	585
09212976169	Habitâmega - Construções, S.A.	79 375
09212976193	Eduardo Medeiro	11 516
09212976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	83 645
09212976745	Nova Gente - Empreitadas, S.A.	18 477
09212977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	298 312
09212977701	CONSTARTE - Construções, S.A.	45 301
09212977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	44 697
09212977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	172 883
09212978056	José & Augusto, Ld ^a	6 106
09212978186	Tomás de Oliveira, S.A.	11 988
09212978459	Viesa - Engenharia, Lda	482
09212978461	Schmid Construções, Lda.	119 480
09212978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Ld ^a	31 731
09212978585	Arouconstroi - Engenharia e Construções, S.A.	7 973
09212978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	7 644
09212979336	Geração & Excelência - Construção Civil e Obras Pu	2 024
09212979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	108 091
09212979665	Ubc SA	21 381
09212979876	Margem Mitica, Lda.	11 936
09212979940	Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda	14 100
09212979975	Tecnaco - Técnicas de Construção, S.A.	70 923
09212980255	AECI.Arquitectura, Construção e Empreend.Imobiliár	453
09212980257	Renascimóvel, Const. e Reabilitação, Lda.	5 741
09212980625	Nortejuvıl - Sociedade de Construções, Lda	32 475
09212980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	141 144
09212980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	1 063 042
09212981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	34 686
09212981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Ld ^a	8 012
09212982307	Mafraqua, Lda.	6 179
09212982842	Vertente Colossal,Construção Civil Unipessoal, Lda	2 400
09212982851	Murarte Construções, Lda.	2 363
09212982993	Imoconstarate - Construções S.A.	3 499
09212983005	Louristrada - Construção Civil de Vias, Lda	2 851
09212983941	Obragolto - Obras Públicas e Serviços, Ld ^a .	113 337
09212984895	Optibuilding, Lda	279 992
09212984897	Construtora Vila Franca, Ld ^a .	7 274
09212984899	ECON - ECO Construção, Lda	288 541
09212984946	NOWXXI - Engenharia & Construções, Lda.	119 793
09212984989	GRANIMARANTE, Granitos e Construções, Lda.	5 640
09212985243	2 GM Construções Civis SA	6 496
09212985361	Pinto e Relvas- Construção e Remodelações, Lda.	55 641
09212985477	J.C.N.F. - Construção, Lda.	4 500
09212985523	Decoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	52 501
09212985528	Bcity - Manutenção Espaços Urbanos , Unipessoal, Lda.	13 625
09212986412	Panoramalider, Unipessoal, Lda.	3 681
09212986505	Signum - Gestão de Património Cultural, Lda.	226 778
09212986654	Joaquim Dias Antunes, Unipessoal Lda.	155 118
09212986802	Inovbuild, Lda	287 548
09212986937	PLANDESE, S.A.	162 225

Conta	Entidade	Montante
09212987082	<i>Engicloud, Lda.</i>	15 429
09212987297	<i>Metalcário – Construções, Lda.</i>	30 825
09212987615	<i>Tâmega Engineering, S.A.</i>	149 235
09212987778	<i>Tecnorém - Engenharia e Construções SA</i>	1 786 778
09212988130	<i>Perspectivas e Perpendiculares Unipessoal, Lda.</i>	4 966
09212988603	<i>Wikibuild, SA</i>	11 704
09212988679	<i>Datiben Construções Unipessoal, Lda.</i>	1 079
09212988898	<i>PEOP – Projectos e Execução de Obras Públicas, Lda.</i>	2 215
09212988942	<i>Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E</i>	7 548 713
09212988949	<i>Rkesa, Lda.</i>	14 677
09212989454	<i>DGPW S.A.</i>	180 119
09212990158	<i>Ressa Construções, S.A.</i>	203 736
09212990236	<i>Artur Florêncio & Filhos, AFFSports, Lda.</i>	4 670
09212990246	<i>Carmo - Estruturas em Madeira, S.A.</i>	5 433
09212990594	<i>Termosul - Projectos e Instalações, S.A</i>	33 091
09212991825	<i>Sá Machado, Lda.</i>	107 425
09212991841	<i>HT - International Water Technology Contol, S.A.</i>	13 250
09212991850	<i>Ferreira - Construção SA</i>	509 997
09212993397	<i>RUCE – Construção e Engenharia, Lda.</i>	196 546
09212993888	<i>PAVIZÉS - Comércio e Transporte de Materiais de Construção, Lda.</i>	8 044
09212994782	<i>Área Cosmopolita, Lda</i>	5 701
09212995661	<i>Ergsilva - Construção e Restauro de Edifício, Lda</i>	381 886
09212995844	<i>Teixeira, Pinto & Soares, S.A.</i>	916 017
09212996365	<i>Embeiral - Engenharia e Construção, S.A.</i>	589 870
09213 Cauções /Garantias - Prestadas por Clientes		53 825 055
09213187954	<i>Fita Metrica - Investimentos Imobiliários Lda</i>	34 165
09213227598	<i>Dialce - Construção, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos SA</i>	129 515
09213300041	<i>Alves Ribeiro, S.A.</i>	906 833
09213300062	<i>Ferreiras & Magalhães ,SA (em liquidação)</i>	48 887
09213400015	<i>Caixa Económica Montepio Geral</i>	2 620
09213500099	<i>Auto Industrial, S.A.</i>	24 095
09213500219	<i>C. Santos - Veículos e Peças, SA</i>	17 550
09213500743	<i>Makro - Cash & Carry Portugal, SA</i>	1 410
09213500805	<i>Impresa Publishing, SA</i>	71 929
09213500932	<i>Petrogal, S.A.</i>	798
09213501123	<i>SIC - Soc. Independente de Comunicação, SA</i>	3 997 989
09213501201	<i>Taguspark - Soc. Prom. Desenv. Parque Ciência Tecn. A. Lx, SA</i>	363 918
09213501607	<i>Nestle Portugal, SA</i>	172 272
09213501611	<i>Matudis, Lda</i>	22 000
09213501612	<i>Modelo Continente Hipermercados S.A.</i>	37 950
09213501616	<i>Lidl & Cia</i>	1 416 807
09213501898	<i>Miele Portuguesa - Máquinas Industriais e Electrodomésticos, Lda.</i>	41 160
09213501926	<i>Pingo Doce - Distribuição Alimentar SA</i>	22 437
09213505125	<i>Carlos Sabido & Filhos, SA</i>	2 020
09213505316	<i>Mind - Software Multimédia e Industrial, S.A.</i>	12 500
09213505388	<i>Soc Construções Azul Ferreira & Irmão Lda</i>	16 678
09213930487	<i>Fábrica da Igreja Paroquial Santo António de Nova Oeiras</i>	15 572
09213970043	<i>Qualihab - Compra e Venda de Imóveis, Construção, Ld^a</i>	617 735
09213971015	<i>Staples Portugal - Equipamento de Escritório, SA</i>	2 182
09213971704	<i>Banif Banco de Investimento, SA</i>	1 800
09213972211	<i>Surgicare - Unidades de Saúde, SA</i>	118 320
09213973401	<i>Bayer Portugal, Lda.</i>	6 000
09213973667	<i>Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural Lisboa, SA</i>	156 446
09213974258	<i>ALCIR - Empreendimentos Imobiliários, S.A.</i>	69 600
09213974282	<i>Construções Domingos Barreiros, Ld.^a</i>	6 530

Conta	Entidade	Montante
09213974337	Marfer - Construções Civis, Lda.	102 540
09213974402	João Mario Monteiro de Araújo Couto	6 240
09213976230	Galp Power, SA	9 645
09213977392	J Dias & Dias, SA	41 543
09213977718	Auchan Retail Portugal, S.A.	72 727
09213977790	Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SA	25 720
09213977840	DCHJ - Construções, Lda	2 400
09213978879	Federação Portuguesa de Futebol	2 118 753
09213979337	Novo Banco, S.A.	4 392 602
09213979923	TVI - Televisão Independente, SA	4 241 356
09213980408	Food4Kings, S.A.	13 028
09213982118	Naipe D'Emoções - Restauração e Gestão de Espaços Comerciais, Lda.	3 750
09213982525	Pinpropco, Lda.	475 975
09213985305	Joaquim Chaves-Sociedade Imobiliária, S.A.	339 220
09213985573	João Farinha & Filhos, SA	15 340
09213985891	Longavia Imobiliária SA	30 506
09213986816	Sociedade de Construções Dias e Cunha, Lda	10 087
09213986817	Naturidade, SA	75 000
09213986920	Esquiços Concretizados - Lda	37 010
09213987637	FUTURE OPPORTUNITY LDA	720 226
09213987668	Krestpor - Sociedade Imobiliária, Lda	141 100
09213988013	VC Prime Estate, SA	1 488 069
09213988367	Álvaro Rodrigues Ferreira	4 330
09213988368	Ana Rita Cabral Gonçalves Onofre Ervilha	3 260
09213988370	Arnaud Gerard Jacques Daniel Pierre Guillermo	6 130
09213988373	Cesar Miguel Canica Jesus	4 480
09213988375	CL2F - Engenharia, Reabilitação e Construção, SA	15 424
09213988377	D. Amaral - Assistência e Prevenção Dentária Unipessoal, Ld ^a	6 430
09213988379	Eixos Simétricos Construções Lda	9 260
09213988380	ExclusiveScenery Lda	270 900
09213988381	Fantastic Connection - Ld ^a	48 913
09213988399	Fundo de Pensões do BCP	4 920
09213988401	Germano Augusto Cerqueira Cardoso	6 130
09213988404	Companhia Ibm-portuguesa	2 430
09213988407	Ilda Maria Costa Ferreira da Silva São João	1 200
09213988414	João Carlos Álvares Moreira da Fonseca	1 786
09213988418	José Augusto Rodrigues de Castro Ambrósio	3 007
09213988421	Lagoalto-constr. Compra e Venda de Imóveis Ld ^a	219 346
09213988422	Lucília Pires Rodrigues Boaventura de Azevedo	1 370
09213988439	Manuel Gomes Ferreira	31 197
09213988443	Miguel Luis Pinto Veloso	6 700
09213988444	NATÁLIA SOFIA LEOCÁDIO PARENTE	4 140
09213988445	NEUREIFEN - Empreendimentos SA	68 830
09213988446	Neutripromo - Compra e Venda de Imóveis Ld. ^a	3 679 520
09213988450	Paulo Nuno Carvalho Campos	4 082
09213988451	Pierre Guy Alain Guillermo	6 130
09213988452	Sandro Carlo Marques dos Santos	8 633
09213988453	Lin Tianbiao	5 910
09213988455	VilaOeiras - Sociedade Imobiliária SA	1 086 285
09213988457	João Paulo Mestre dos Santos	17 033
09213988480	Montepio Válor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento SA	2 585
09213988840	Euromarques - Investimentos Imobiliários e Turísticos SA	37 950
09213988841	Luis Miguel Alonso Fernandes	8 610
09213988888	João Matias Sociedade Unipessoal Lda	8 690
09213988943	Avelar & Teixeira, Lda	18 000
09213989003	Fundação Olília Pessoa Murta Lourenço e Marido	250 725
09213989021	Construções Moniz & Prior Lda	67 720
09213989325	Ángelo Peixoto Martinho	6 370
09213990154	Green Charge - Mobilidade Eléctrica, Lda	3 587
09213990547	Bk Portugal, S.A	31 333
09213990716	Sara Afonso de Castro Barros	6 240
09213991100	Sérgio Nuno Vieira de São João	6 500
09213991258	Sociedade Agrícola Quinta da Mó de Cima, Sa	7 000

Conta	Entidade	Montante
09213991295	Branques Imobiliária Limitada	37 730
09213991877	Madadna Portugal - SICAFI, SA	1 273 233
09213991919	Zume Construções, S. A.	364 408
09213991935	Transportes Rodrigo Costa e Filho, SA	744 457
09213991957	Ilustre e Perfeito, Lda	452 490
0921399058	Marta Maria Baptista Martins Monge Matos	2 510
09213993193	Alcon Portugal - Produtos e Equipamentos Oftalmológicos Lda	2 784
09213993337	Sociedade de Construções Eurico & Isidro, Lda.	35 100
09213993366	Victory Invitation Lda	133 240
09213993479	Construções Germano Cardoso, Lda	18 580
09213993502	Traços Duradouros Lda	7 430
09213993581	PRPONTOOE LDA	2 177 970
09213994118	Ricardo José Dos Santos Martins	4 470
09213994351	PRISI - Promoções Imobiliárias, Lda	28 260
09213994353	DOUTOR FINANÇAS, Unipessoal Lda.	40 975
09213994386	Agora Obm Unipessoal Lda	947 050
09213994607	joaquim Lopes de Figueiredo	1 760
09213994684	Nextimo Imobiliária, Lda	2 050
09213994685	Odete Maria Guedes Ribeiro	2 050
09213994796	VIZELPAS - INVESTIMENTOS, S.A	102 660
09213994811	Bradifer Construções e Investimentos Lda	28 250
09213995394	Assoc. Proprietários e Moradores da Urb. S. Pedro Cacilhas	1 540 222
09213995441	Paulo Alexandre Franco Gomes Monteiro Caçada	10 000
09213995473	Giesta Celestial - Investimentos Imobiliários - Lda	200 000
09213995479	Foz do Tejo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	16 590 860
09213995599	Conzel - Construções do Zézere, S.A.	49 147
09213996076	SOLEXTROVERTIDO - UNIPESSOAL LDA	270 623
09213996354	Open Area, Lda	3 410
09213996431	Navibordo	43 164
09213996540	Nazir Sadru Din	21 822
09213996555	Cristina Maria Dias Fulgêncio Parente	2 650
09213997011	Ana Filipa Neves	2 060
0922	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas -Devolvidas	-12 822 336
09221	Cauções /Garantias - Devolvidas a Fornecedores de c/c	-664 757
09221233299	Auto-Sueco Portugal - Veículos Pesados, SA	-53 185
09221300085	Trafuribe - Sinalização, Construção e Engenharia, S.A.	-5 990
09221500389	Barraqueiro Transportes SA	-6 000
09221500391	Ecoambiente - Consultadoria, Engenharia e Prestação de Serviços, Lda.	-13 368
09221500468	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equip. Rodoviários, S.A.	-14 972
09221501220	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	-1 000
09221501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	-28 200
09221503997	Uniself - Soc. Restaurantes Públicos e Privados, SA	-211 292
09221504037	Palfinger - Comércio e Aluguer de Máquinas, SA	-1 187
09221504562	Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal, Lda.	-14 287
09221504871	Grupnor Elevadores Portugal Lda	-2 637
09221976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	-24 083
09221976465	Electritel - Instalações de Energia e Telecomunicações, Lda.	-24 891
09221978792	NOS Comunicações, SA	-5 076
09221979545	Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal	-25 497
09221982831	Mofil Environment Equipment, Lda.	-5 690
09221985339	Maxifardas - Vestuário Para Trabalho, Lda.	-3 741
09221988375	Meristema, SA	-157 462
09221987560	Iveco Portugal, SA	-11 000
09221988593	Enser - Fomento de Atividades Económicas, Lda.	-7 280
09221991260	Ecoambiente - Serviços e Meio Ambiente, SA	-42 920
09221993750	Pqb - Produtos Químicos e Biológicos Unipessoal Limitada	-5 000

Conta	Entidade	Montante
09222	Cauções/Garantias - Devolvidas a Fornecedores de investimento	-5 065 975
09222131696	Sibafl - Sociedade de Empreitadas, Lda	-11 538
09222214308	Lenaconstrói - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	-3 845
09222215888	CAPEX - Engenharia Unipessoal, Lda.	-709
09222218016	JTM - Construção Coordenação e Gestão de Obras, LDA.	-2 947
09222223048	Gardinus - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Lda.	-11 814
09222300028	Teixeira Duarte Eng. Construções, SA	-116 216
09222300034	Armando Cunha S.A.	-24 132
09222300041	Alves Ribeiro, S.A.	-4 239
09222300043	CME - Construções e Manutenção Electromecânica, S.	-2 497
09222300052	CJG - Construções, Ld ^a .	-1 320
09222300072	Oliveiras, S.A.	-54 081
09222300085	Trafiurbe - Sinalização, Construção e Engenharia,	-2 685
09222300108	Monumenta-conserv рестаурационно архитектурного	-3 808
09222300138	Evento Engenharia e Construção Civil, Lda.	-1 963
09222300144	PMJ - Construções, Lda.	-454
09222300145	Loviril - Construcao Civil, Unipessoal, Lda	-9 805
09222500249	Schréder Iluminação, S.A.	-8 199
09222500454	Fabrigimmo-fabric.mat.desporto,lda	-2 697
09222500468	Fernando L. Gaspar, S.A	-5 584
09222500858	OLICO - Materiais para Construção Civil e Obras Públicas, Lda	-12 860
09222501169	Sopsa Eco Innovation, S.A.	-20 381
09222501694	Vibeiras - Sociedade Comercial Plantas, SA	-77 346
09222501808	S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação d	-30 725
09222502170	OMEP - Obras, Medições e Projectos, Lda	-1 366
09222504680	SNSV - Soc. Nacional de Sinalização Vertical, Lda.	-3 897
09222970972	Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	-4 035
09222971012	Topbet - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos,	-39 066
09222971367	Sanestradas - Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, S.A.	-19 075
09222971477	Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.	-10 536
09222971781	PROPEMI	-5 222
09222972005	Arteviás Sinalização Rodoviária, Lda	-7 913
09222972026	XIX Construções, Projecto e Gestão, Lda.	-1 620
09222972839	Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda.	-2 440
09222973277	Paredes & Paredes, Lda.	-21 054
09222973747	Estrela do Norte, Lda.	-37 838
09222973799	Unikonstrói, Lda	-153 607
09222974143	Protecni - Sociedade Técnica de Construções, Lda.	-34 810
09222975926	Orona Portugal, Lda.	-351
09222976364	MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e manutenção de ativos, SA	-37 443
09222976745	Nova Gente - Empreitadas, SA	-18 477
09222977606	Canas - Engenharia e Construção, SA	-47 603
09222977751	Ernesto Ribeiro Ferreira, Lda	-7 295
09222977970	Comporto - Sociedade de Construções, S.A.	-171 000
09222978056	José & Augusto - Empreiteiros de Construção Civil, lda	-6 106
09222978489	Terraços de Prata - Unipessoal, Lda.	-3 244
09222978809	Ambienti D'Interni - Unipessoal, Lda.	-7 644
09222979633	Fraterna - Engenharia, Consultoria e Construção, L	-13 306
09222979665	United Builders Corporation - UBC, SA	-10 923
09222979876	Margem Mitica, Lda.	-4 710
09222980691	Scampia - Engenharia, Unipessoal Lda	-9 071
09222980725	Alexandre Barbosa Borges, SA.	-48 619
09222981116	Francisco Duarte Prego & Filhos, Lda.	-3 969
09222981175	M. L. Moita Sociedade Geral de Construção Civil, Ld ^a	-5 913
09222983005	Louristrada - Construção Civil de Vias, Lda	-1 069
09222983941	Obragoito - Obras Públicas e Serviços, Ld ^a .	-15 625
09222984895	Optibuilding, Lda	-24 200
09222984897	Construtora Vila Franca, Lda	-2 863

Conta	Entidade	Montante
09222984933	Construções Borges & Cantante, Lda.	-14 467
09222985243	2 GM Construções Civis SA	-3 898
09222985361	Pinto e Relvas- Construção e Remodelações, Lda.	-15 731
09222985523	Decoverdi - Plantas & Jardins, Lda.	-24 737
09222986412	Panoramalider, Unipessoal, Lda.	-2 208
09222986505	Signinum - Gestão de Património Cultural, Lda.	-41 261
09222986654	Joaquim Dias Antunes, Unipessoal Lda.	-7 400
09222986802	Inovbuild, Lda	-1 374
09222987297	Metalcário – Construções, Lda.	-8 507
09222987615	Tâmega Engineering, S.A.	-149 235
09222987778	Tecnorém - Engenharia e Construções, SA	-53 333
09222988130	Perspectivas e Perpendiculares Unipessoal, Lda	-1 862
09222988679	Datiben Construções Unipessoal, Lda	-1 079
09222988898	PEOP – Projectos e Execução de Obras Públicas, Lda.	-830
09222988942	Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E	-3 510 333
09222988949	Rkesa, Lda.	-3 915
09222989454	DGPW S.A.	-3 825
09222990158	Ressa Construções, S.A.	-25 143
09222990236	Artur Florêncio & Filhos, AFFSports, Lda.	-3 503
09222990246	Carmo - Estruturas em Madeira, S.A.	-1 574
09223	Cauções /Garantias - Devolvidas a Clientes	-7 091 604
09223227598	Dialce - Construção, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos SA	-97 664
09223500805	Impresa Publishing, SA	-71 929
09223501123	SIC - Soc. Independente de Comunicação, SA	-2 422 357
09223501607	Nestle Portugal, SA	-128 372
09223501611	Matudis, Lda	-22 000
09223505316	Mind - Software Multimédia e Industrial, S.A.	-12 500
09223971015	Staples Portugal - Equipamento de Escritório, SA	-2 182
09223974337	Marfer - Construções Civis, Lda.	-32 690
09223974402	João Mario Monteiro de Araújo Couto	-6 240
09223978879	Federação Portuguesa de Futebol	-48 988
09223979923	TVI - Televisão Independente, SA	-2 891 299
09223988013	VC Prime Estate, SA	-312 020
09223988418	José Augusto Rodrigues de Castro Ambrósio	-3 007
09223988455	VilaOeiras - Sociedade Imobiliária SA	-648 638
09223988840	Euromarques - Investimentos Imobiliários e Turísticos SA	-37 950
09223989003	Fundação Otilia Pessoa Murta Lourenço e Marido	-62 681
09223989021	Construções Moniz & Prior Lda	-67 720
09223991919	Zume Construções, S. A.	-76 838
09223993193	Alcon Portugal - Produtos e Equipamentos Oftalmológicos Lda	-1 075
09223993502	Traços Duradouros Lda	-7 430
09223994353	DOUTOR FINANÇAS, Unipessoal Lda.	-40 975
09223994386	Agora Obm Unipessoal Lda	-97 050
0923	Cauções não pecuniárias e garantias obtidas - Acionadas	-5 741
09232	Cauções não pecuniárias e Garantias obtidas -acionadas- Fornec Investimento	-5 741
09232980257	Renascimóvel, Const. e Reabilitação, Lda.	-5 741

No seguimento divulgado na nota relativa à NCP 4, é também orientação da CNC que sejam divulgados os ativos contingentes associados ao contrato de concessão com a E-Redes. Assim, de acordo com a informação, mais recente, divulgada pela empresa, verifica-se um conjunto de ativos com o valor líquido de 50.817.905 € dos quais não reúnem condições para reconhecimento nos termos da NCP 4, pelo que se divulga como ativos contingentes.

O quadro infra contém a informação prestada pela E-REDES (informação referente a 2023), a 31 de maio de 2024:

E-REDES

Concessão de Oeiras
Rede de BT e Iluminação Pública em 31-12-2023

Rubricas	Imobilizado em exploração				Subsídios ao investimento			Saldo Final			Unidade: euros
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Comparticipações	Valor líquido		
Imobilizado Intangível Regulado	52 068 158	38 313 203	90 381 361	17 716 755	21 846 701	39 563 456	90 381 361	39 563 456	50 817 905		
Imobilizado Intangível Regulado aceite	44 260 859	33 938 640	78 199 499	15 618 310	21 843 810	37 462 120	78 199 499	37 462 120	40 737 379		
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	7 807 298	4 374 564	12 181 862	2 098 445	2 892	2 101 336	12 181 862	2 101 336	10 080 526		
Especifico em BT	52 068 158	38 313 203	90 381 361	17 716 755	21 846 701	39 563 456	90 381 361	39 563 456	50 817 905		
Postos Transformação e Seccionamento	8 905 590	9 096 493	18 002 083	1 092 416	4 401 042	5 493 458	18 002 083	5 493 458	12 508 625		
Redes aéreas	2 492 005	1 243 799	3 735 805	536 833	509 527	1 046 360	3 735 805	1 046 360	2 689 444		
Redes subterrâneas	12 873 014	8 951 998	21 825 013	3 073 280	5 351 197	8 424 478	21 825 013	8 424 478	13 400 535		
Chegadas aéreas	705 937	258 002	963 939	265 850	132 685	398 535	963 939	398 535	565 404		
Chegadas subterrâneas	3 974 146	4 430 025	8 404 171	543 007	3 582 125	4 125 132	8 404 171	4 125 132	4 279 039		
Contadores e acessórios:	10 898 318	748 815	11 647 132	2 645 755	1 379	2 647 135	11 647 132	2 647 135	8 999 998		
- Contadores											
- Outro equipamento											
Equipamentos Acessórios e Outros	7 784 683	211 453	7 996 137	2 098 445	8	2 098 453	7 996 137	2 098 453	5 897 684		
- Outro equipamento	3 113 634	537 361	3 650 996	547 311	1 371	548 682	3 650 996	548 682	3 102 314		
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Iluminação pública	12 164 429	9 420 484	21 584 914	9 559 612	7 865 863	17 425 475	21 584 914	17 425 475	4 159 439		
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	54 715	789	55 504	-	-	-	55 504	-	55 504		
- Outras Funcionalidades	32 102	477	32 579	-	-	-	32 579	-	32 579		
- Função Medição	22 613	312	22 925	-	-	-	22 925	-	22 925		
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	2	4 162 798	4 162 801	-	2 884	2 884	4 162 801	2 884	4 159 917		
Outro Específico não aceite em BT ¹ :	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total Específico em BT aceite	44 260 859	33 938 640	78 199 499	15 618 310	21 843 810	37 462 120	78 199 499	37 462 120	40 737 379		
Total Específico em BT não aceite	7 807 298	4 374 564	12 181 862	2 098 445	2 892	2 101 336	12 181 862	2 101 336	10 080 526		
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	52 068 158	38 313 203	90 381 361	17 716 755	21 846 701	39 563 456	90 381 361	39 563 456	50 817 905		
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	52 068 158	38 313 203	90 381 361	17 716 755	21 846 701	39 563 456	90 381 361	39 563 456	50 817 905		

1: para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2018

Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato

De acordo com a NCP 17, os acontecimentos após a data do relato, correspondem aos acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis que ocorreram entre a data do relato e a data em que as presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão.

No corrente exercício não se verificou nenhum acontecimento após a data de relato que condicionasse a fiabilidade do mesmo.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

De acordo com o disposto na NCP 18 do SNC-AP, os instrumentos financeiros correspondem aos contratos que originam ativos financeiros de uma entidade e passivos financeiros de uma outra entidade.

Em relação à mensuração, quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, deve ser mensurado pelo seu justo valor.

Acrescenta a norma que, após esse reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar na data do relato todos os ativos financeiros pelo justo valor e devidas alterações reconhecidas na demonstração de resultados e os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método de juro efetivo.

Q.18.1 Ativos Financeiros

Os movimentos ocorridos na rubrica Ativos financeiros detidos para negociação dizem respeita a transações com CEDIC, sendo que a 31 de dezembro de 2024 o Município é titular de um CEDIC no montante de 4.600.000,00 €.

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos					Diminuições					Quantia Escriturada final
		Compra	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Total dos Aumentos	Alienação	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	Total das Diminuições	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	9 500 000	4 600 000	0		0	4 600 000	9 500 000	0		0	9 500 000	4 600 000
Ativos financeiros detidos para negociação	9 500 000	4 600 000	0		0	4 600 000	9 500 000	0		0	9 500 000	4 600 000
Participações financeiras - justo valor	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0
Outros ativos financeiros	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0
Participações financeiras - custo	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0
Outros ativos financeiros	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0
Total	9 500 000	4 600 000	0	0	0	4 600 000	9 500 000	0	0	0	9 500 000	4 600 000

O quadro seguinte identifica as participações das entidades não controladas, mensuradas ao custo de aquisição, cuja percentagem é inferior a 20%.

Q.18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração de Capital detido à data de relato	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada final
			Compra	Ganhos de justo valor	Outros	Total dos Aumentos	Alienação	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de Capital - ao custo											
Águas do Tejo Atlântico	3,47%	3 936 998	0		0	0	0	0		0	3 936 998
Taguspark	19,16%	4 524 667	0		0	0	0	0		0	4 524 667
EIA	2,85%	593 131	0		903	903	0		0	0	594 034
Fundação Marquês de Pombal	12,50%	99 750	0		0	0	0		0	0	99 750
FAM	84,00%	3 491 064	0		0	0	0		0	0	3 491 064
Total	12 645 610	0	0	903	903	0	0	0	0	0	12 646 513

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados considerados na NCP 19 do SNC-AP, dizem respeito a todos os encargos decorrentes com trabalhadores do Município com impactos futuros. Estes incluem, nomeadamente:

- Salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, nomeadamente relativo às contribuições de dezembro;
- Retribuições por trabalho extraordinário;
- Subsídio de refeição, férias e natal;
- Ausências por doença, maternidade/paternidade;
- Gratificações e outros prémios associados à avaliação do desempenho
- Ajudas de custos; e
- Outros suplementos remuneratórios.

No mapa seguinte foi registada a especialização dos custos suportados por conta de férias e subsídio de férias dos trabalhadores do Município, bem como as respetivas contribuições sociais, direitos estes adquiridos até 31 de dezembro.

Q.19.1 – Valor presente da obrigação de benefícios definidos

	Com fundo afeto	Com fundo afeto	Sem fundo afeto		Total
	Receitas Próprias	IEFP	Fundo C	Fundo D	
Valor presente da obrigação no início do período	9 408 753	4 338	0	0	9 413 092
Efeitos no período:					
Custo do serviço corrente	10 051 959	27 822	0	0	10 079 781
Custo de juros	0	0	0	0	0
Contribuições dos participantes do plano	0	0	0	0	0
Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	0
Benefícios pagos	0	0	0	0	0
Custo dos serviços passados	-9 408 753	-4 338	0	0	-9 413 092
Concentrações de entidades	0	0	0	0	0
Cortes	0	0	0	0	0
Liquidações	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Valor presente da obrigação no final do período	10 051 959	27 822	0	0	10 079 781

Q.19.3 – Gastos reconhecidos no período

Conta DR	Descrição	Valor
63212	Subsídio de férias	3 397 406
63012	Subsídio de férias	29 379
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	3 133 868
6321199	Outros	243 912
63213	Subsídio de Natal	322
63215	Subsídio de refeição	254 380
63511	Caixa Geral de Aposentações	1 056 281
63512	Segurança Social - Regime Geral	1 665 128
632204	Trabalho extraordinário	18 791
632206	Abono para falhas	10 424
632207	Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	9 304
632299	Outros abonos variáveis	172 001
638911	Reembolsos ADSE	50
63931	Pessoal a aguardar aposentação	5 141
63015	Subsídio de refeição	972
63016	Gratificações e senhas de presença	11 595
63011	Remuneração base	29 379
632114	Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	41 450
Total		10 079 781

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Conforme estabelecido na NCP 20 do SNC-AP, é divulgada, neste ponto, a informação acerca das partes relacionadas, através da identificação das partes que o Município controla e a informação sobre a existência de transações entre o Município e as suas partes relacionadas.

Nos quadros seguintes, são mencionadas as entidades participadas e as transações efetuadas entre as partes relacionadas:

Q.20.1 – Listagem das entidades controladas

Entidade Participada	Morada	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Piscina Oceânica de Oeiras, Estrada Marginal,Praia da Torre 2780-267 Oeiras	100,00%	0,00%	100,00%
PARQUES TEJO, Parqueamentos de Oeiras	Av. das Tulipas, nº 6 10º D/E Edifício Miraflores 1495-161 Algés	100,00%	0,00%	100,00%
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Nº 19 Urbanização Moinho das Antas 2784 – 541 Oeira	50,00%	0,00%	50,00%
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, Nº 11, 3º B Taguspark 2740-120 Porto Salvo	56,71%	0,00%	56,71%

Relativamente às transações entre partes relacionadas, dizem respeito a transferências de recursos ou obrigações entre o Município e as suas partes relacionadas, independentemente de ser ou não cobrado um preço. As transações que se verificaram durante o ano a que respeita o presente relato são as que se divulgam no seguinte mapa.

Q.20. 2 – Transações entre as partes relacionadas

Entidade Participada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% total das transações	
OEIRAS VIVA	Entidade Controlada	Aquisição de Fornecimento e serviços externos	30 458	0%	
		Aquisição de serviços de acordo com contrato de prestação de serviços "in house"	618 529	4%	141 428
		Subsídio à Exploração dos Equipamentos Desportivos sob Gestão da «OEIRAS VIVA	654 313	5%	
		Receitas diversas	1 389	0%	
PARQUES TEJO	Entidade Controlada	Aquisição de Fornecimento e serviços externos	43	0%	
		Subsídio à exploração no domínio das contraordenações rodoviárias	302 860	2%	
		Subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao projeto SATUO	296 011	2%	
		Receita de transferência decompetências para as autarquias	843 515	6%	244 645
SIMAS	Entidade Controlada	Receitas diversas	168	0%	
		Aquisição de Fornecimento e serviços externos - Água	1 275 216	9%	283 910
		Aquisição de Fornecimento e serviços externos - Diversos	106 332	1%	
		Taxa de Gestão de Resíduos	927 299	7%	
MUNICÍPIA	Entidade Controlada	Tarifa Fixa/Var. de Gestão de Resíduos Urbanos	8 299 146	59%	
		Receitas diversas	18 100	0%	
		Aquisição de Fornecimento e serviços externos	141 146	1%	51 187
		Participação resultados negativos	490 130	3%	
		Total	14 004 653	100%	721 170

Nota 21 – Relato por Segmentos

O relato por segmentos permite divulgar a informação financeira de forma a compreender o desempenho das principais atividades de uma entidade, aumentando a transparência do relato financeiro cumprindo as suas obrigações de prestação de contas.

Estando o Município em fase de implementação da Contabilidade de Gestão que cumpra o disposto na NCP 27, adotou-se como projeto piloto a divulgação do desempenho das atividades do [Vinho Villa Oeiras](#) e da [Educação](#), no âmbito da transferência de competências. Após a implementação, em pleno, da Contabilidade de Gestão, serão divulgados os restantes segmentos relativos às principais atividades do Município.

Vinho Villa Oeiras

Em 1988 o Município de Oeiras assinou um protocolo de colaboração com a Estação Agronómica Nacional, dando sequência a um plano de recuperação do vinho de Carcavelos, que passou pela replantação da vinha, dando consistência à produção do vinho de Carcavelos. Assim, pela primeira vez na história do poder local em Portugal, uma autarquia assumiu uma posição relevante na produção de um produto vitivinícola.

Em 1997, foi renovado o protocolo, obtendo uma maior participação, prevendo a recuperação do edifício do Casal da Manteiga para Adega. Este investimento foi totalmente assumido pelo Município e, em 2001, inauguraram-se as novas instalações da Adega do Casal da Manteiga com um lagar para produção de vinho, totalmente equipado.

Foi delineado um plano de investimentos, dotando a Adega do Casal da Manteiga de uma ampla área de estágio em madeira, tendo-se adquirido cerca de 600 pipas para o envelhecimento do vinho, quando, em 2006, na revisão do protocolo, o Município assumiu a exclusividade da exploração das vinhas da Estação Agronómica Nacional. Em 2012, com a recuperação do Palácio do Marques de Pombal e do jardim onde se encontra a Adega do Palácio, é ampliada a área de estágio em madeira, aumentando o número de pipas para cerca de 1500.

Hoje, o Vinho Villa Oeiras é um produto reconhecido e respeitado possuindo mérito nacional e internacional, muito devido a este esforço de recuperar o passado, respeitando-o e trazendo-o até aos nossos dias.

Hoje, o Vinho Villa Oeiras é um produto reconhecido e respeitado possuindo mérito nacional e internacional, muito devido a este esforço de recuperar o passado, respeitando-o e trazendo-o até aos nossos dias.

Atualmente, o Município tem a missão de contribuir para a preservação e recuperação do património material e imaterial do Concelho, garantindo a excelência do Vinho Villa Oeiras em todos os processos produtivos e comerciais, assim como, garantir a oferta de um produto exclusivo da região com elevada e reconhecida qualidade.

Torna-se assim relevante apurar todos os custos de produção e comercialização do Vinho Villa Oeiras, para suporte à gestão sustentável do projeto.

As etapas da produção vinícola variam para cada produto. Os vinhos mais sofisticados, certamente, passarão por mais etapas na sua elaboração até que se obtenha um produto mais requintado, enquanto que os demais têm menor estágios de produção.

Da produção até à comercialização do vinho as etapas passam pela colheita, desengace e esmagamento, prensagem, fermentação (o vinho é obtido pela fermentação alcoólica de uvas frescas), trasfega (passagem de 70% a 80% dos sedimentos para o fundo do recipiente), amadurecimento e engarrafamento. O processo de produção de vinho tem uma influência significativa na qualidade do resultado final.

A casta das uvas, as condições do solo e do clima são fatores essenciais, a par do processo de produção, que dura desde a preparação da vindima até ao engarrafamento.

Preparar a vindima

Cerca de um mês antes da data habitual de vindima, recolhem-se aleatoriamente bagos na vinha, para que se possa, com as amostras recolhidas, aferir os vários parâmetros como o peso dos bagos, o teor de açúcares, o álcool provável, a acidez e o pH, imprescindíveis para determinar qual o estado de maturação da uva. Após a vindima, e uma vez chegadas à adega, as uvas são conduzidas para um desengaçador/esmagador.

Fermentação

A fermentação alcoólica ocorre quando se transformam açúcares em etanol (álcool), energia (calor) e gás, além de produtos secundários. Por forma a se conseguir produzir um vinho licoroso, como os

de Villa Oeiras, a fermentação é interrompida sensivelmente a meio do processo garantindo assim a manutenção dos açucares naturais do mosto da uva e aumentando o seu teor alcoólico pela adição da aguardente vírica.

Decantação

Uma vez concluída a fermentação passa-se para o processo de decantação onde, com tempo frio correspondendo regularmente aos meses de inverno, se promove a precipitação das partículas sólidas que se encontram em suspensão do vinho.

Após este processo o vinho é “passado a limpo”, ou seja, removido das borras precipitadas, e encontra-se preparado para iniciar o seu estágio em madeira.

Envelhecimento (manutenção e tratamento do vinho)

A fase final do processo de vinificação envolve o envelhecimento e o engarrafamento do vinho. Após a decantação, o vinho é trasfegado das cubas de inox para as barricas de madeira, onde vai estagiar o tempo necessário para poder ser um Vinho Villa Oeiras, que neste caso são no mínimo dois anos. Este período, no nosso projeto, corresponde a um prazo nunca inferior a 5 anos existindo no mercado o vinho de 7 anos como o vinho mais novo. O Município utiliza as tradicionais barricas de 225Lt, de Carvalho Francês, Português e Castanho Português.

Engarrafamento

O resultado de qualidade de um vinho pode ser ditado em qualquer fase da sua produção e termina no engarrafamento, onde dois fatores não devem ser ignorados: a escolha da garrafa e da rolha. É nesta fase que, após a elaboração do lote que vai ser utilizado que se prepara a filtração e eventual estabilização, quando necessária.

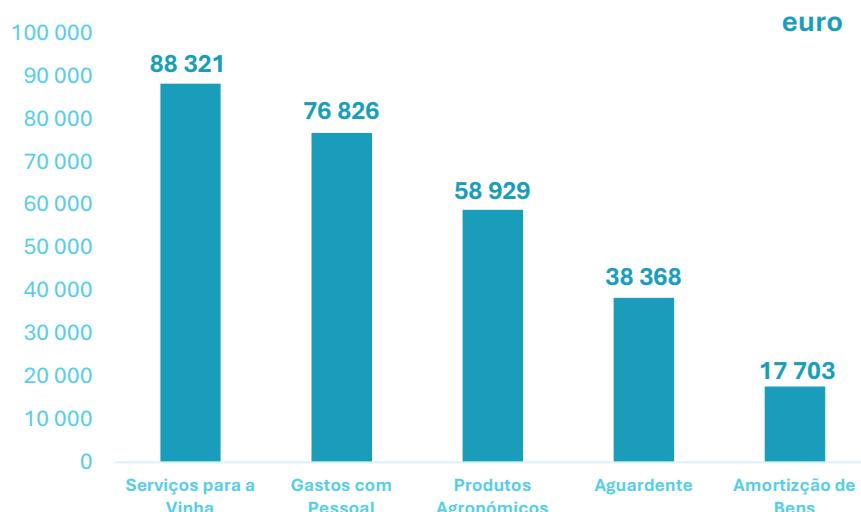
Gastos de produção

Os gastos de produção abrangem todos os custos relacionados com a vinha e a produção de uva. Estes incluem despesas com produtos agronómicos para o crescimento da uva, serviços de enologia e viticultura e aguardente, além de custos indiretos associados, como pessoal afeto à produção e a amortização dos bens dedicados à atividade:

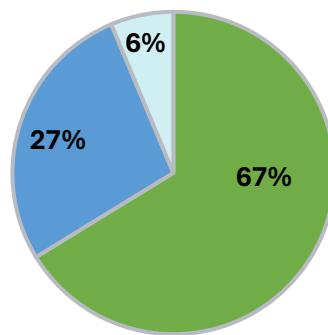
- Serviços de enologia e viticultura para a vinha (32%);
- Gastos com pessoal afeto à produção (27%);

- Produtos agronómicos consumíveis (21%);
- Aguardente (14%);
- Amortização de bens afetos à produção (6%).

Gráfico 1 - Gastos de Produção de Vinho



Os gastos totais com a produção de vinho no período somam 280,1 mil euros, destacando-se a aquisição de bens e serviços para a vinha e aguardente, que juntos representam cerca de 67% dos custos associados à vinha e produção de uva. Considerando que na última colheita foram produzidos aproximadamente 92,2 mil litros de vinho, dos quais 18,5 mil litros foram utilizados para produzir vinho IGP (sem aguardente), o custo unitário de produção de vinho IGP ascende a **2,62€/litro**, enquanto o custo unitário de produção de vinho licoroso (acrescido de 17,4 mil litros de aguardente) ascende a **3,04€/litro**.



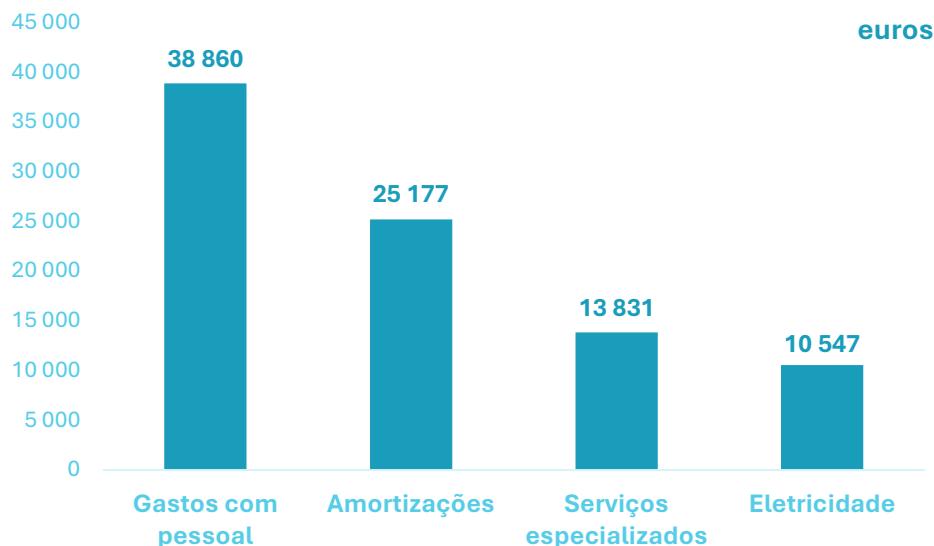

 Bens e Serviços Gastos com Pessoal Amortizações

Gastos de Envelhecimento

Após a produção, o vinho é armazenado por um período até ser engarrafado e comercializado. Este processo envolve diversos custos, incluindo o pessoal responsável pelo tratamento do vinho já produzido, a amortização dos equipamentos utilizados, serviços de manutenção dos equipamentos, serviços especializados de controlo de qualidade, bem como consumo de eletricidade. No período em análise, estes custos totalizaram 88,4 mil euros:

- Gastos com Pessoal (44%);
- Amortizações (28%);
- Serviços especializados (16%);
- Eletricidade (12%).

Gráfico 2 - Gastos de Envelhecimento



Considerando que, ao final do período em análise, havia 586,5 mil litros de vinho apto para engarrafamento em stock, estima-se que o custo unitário para o envelhecimento e manutenção desse vinho seja de aproximadamente **0,15€/litro**. Ressalva-se que, para o cálculo do custo unitário, foram incluídas as quantidades de vinho apto pertencentes ao INIAV, uma vez que o Município assume os custos da sua manutenção e envelhecimento.

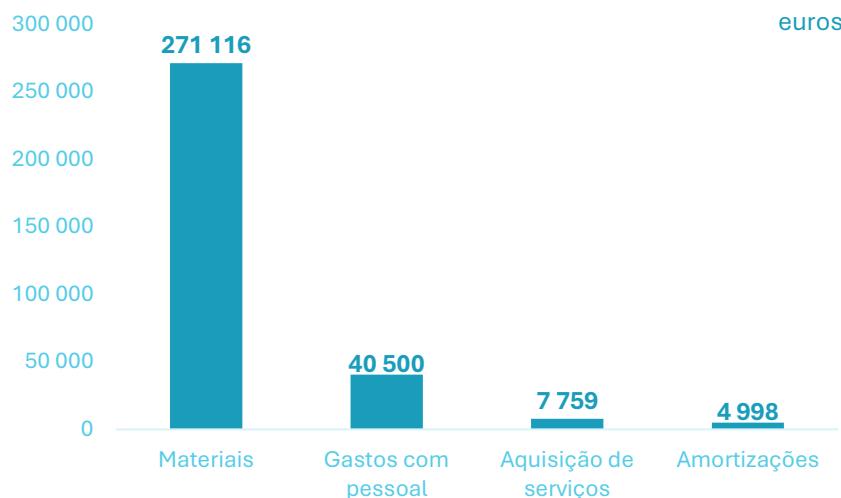
Gastos de Engarrafamento

Após a produção e armazenamento em barricas, o vinho deve ser engarrafado para posterior comercialização. Para isso, o Município necessita de adquirir diversos materiais de engarrafamento,

incluindo garrafas, rolhas, serigrafias e rótulos, entre outros. Além disso, são contratados serviços externos, tanto para o processo de engarrafamento quanto para a certificação do vinho, que passa de apto a certificado. Desta forma, os gastos nesta etapa foram os seguintes:

- Materiais (84%);
- Gastos com pessoal (13%);
- Aquisição de serviços (2%);
- Amortização de bens afetos ao engarrafamento (1%).

Gráfico 3 - Gastos de Engarrafamento

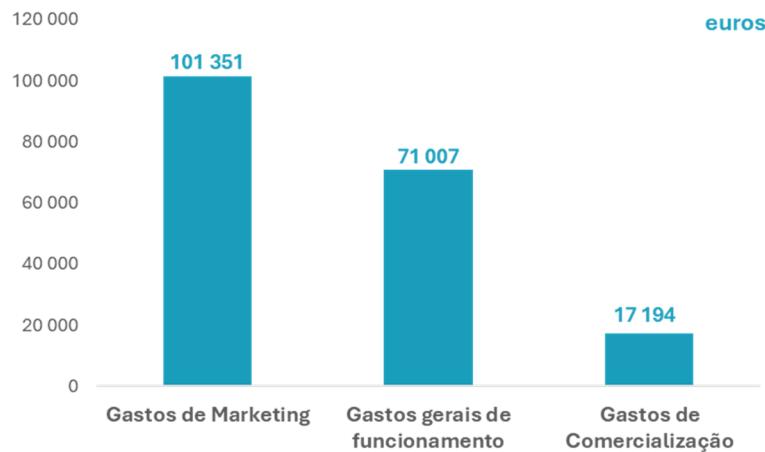


Os custos de engarrafamento durante o período em análise totalizaram 324,4 mil euros. Considerando que, neste mesmo período, foram engarrafados aproximadamente 27,4 mil litros de vinho, o custo unitário do engarrafamento é estimado em cerca de **11,84€/litro**.

Gastos de Funcionamento, Marketing e Comercialização

Para determinar todos os custos com a atividade do Vinho Villa Oeiras, é essencial também considerar os gastos gerais de funcionamento, bem como as despesas com marketing e comercialização. No período em análise, esses gastos totalizaram 189,5 mil euros.

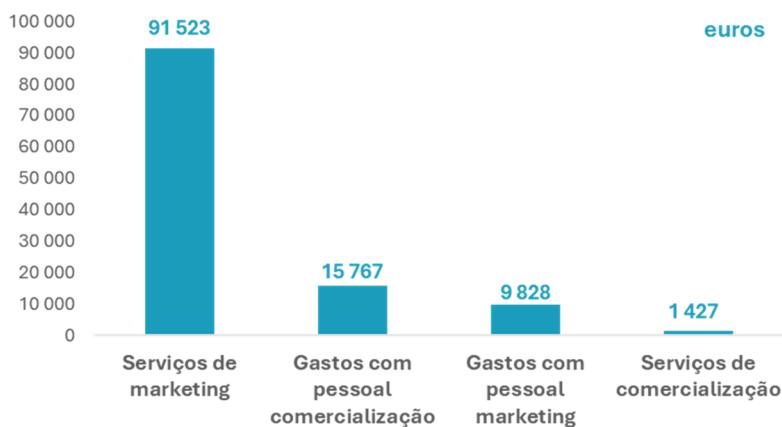
Gráfico 4 - Gastos de Funcionamento, Marketing e Comercialização



Os gastos de funcionamento referem-se essencialmente às despesas com pessoal administrativo, que está indiretamente envolvido na produção de vinho, bem como à amortização de bens administrativos, totalizando aproximadamente 71 mil euros.

Quanto aos gastos com Marketing e Comercialização, incluem-se diversas aquisições de serviços, tais como anúncios publicitários, divulgação em eventos, documentários e brochuras. Além disso, também os gastos com pessoal administrativo foram contabilizados neste apuramento, totalizando 118,5 mil euros.

Gráfico 5 - Gastos com Marketing e Comercialização



Custo do produto final

O Município comercializa diversos tipos de garrafas de vinho, que variam conforme o tipo de vinho, a antiguidade, o tamanho e outros fatores, nomeadamente as edições especiais. Assim, foram apurados os custos unitários de cada tipo de garrafa de vinho comercializada pelo Município, considerando todos os fatores mencionados, como antiguidade, tipo de vinho, materiais utilizados, entre outros. Os valores podem ser verificados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Custo do produto final

Produto final	Custo produto final
Villa Oeiras Branco 15 blend - tubo 6 cl	2,60 €
Casal da Manteiga Branco 75 cl	5,40 €
Villa Oeiras Branco 7 blend 75 cl "Família Solidária"	6,88 €
Villa Oeiras Branco 7 blend - tubo 6 cl	2,46 €
Villa Oeiras Coffret com 3 tubos 6 cl	9,61 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 7 blend 37,5 cl	7,50 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 7 blend 75 cl	11,38 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 15 blend 37,5 cl	8,32 €
Villa Oeiras Branco (Little Sumo) 15 blend 75 cl	13,07 €
Casal da Manteiga Branco IGP Garrafeira 2020 Ensaio 75 cl	5,52 €
Villa Oeiras Colheita 2012 50 cl	35,58 €
Villa Oeiras Colheita - Tubo 2012 6 cl	2,51 €
Villa Oeiras 7 Blend 75 cl "Sport Lisboa Benfica"	6,60 €
Villa Oeiras 7 Blend 75 cl - Eventos / Catering / CMO	5,59 €
Villa Oeiras Tinto Blend 10 Anos 50cl	4,96 €
Villa Oeiras "Guitarras do Marques" Colheita 2010 - 50 cl	29,02 €
Villa Oeiras Superior Sample 75 cl	7,25 €
Villa Oeiras Colheita 2012 Branco - Special Edition Bugio 1924 Pharoes 50 cl	36,72 €
Villa Oeiras Colheita Branco Tubo 2014 - 6 cl	2,51 €
Villa Oeiras Colheita 2014 50 cl	35,55 €
Villa Oeiras Tinto "Little Sumo" 12 Anos 750 ml	11,32 €
Villa Oeiras Tinto "Little Sumo" 12 Anos 375 ml	7,10 €
Villa Oeiras Tinto Tubo 12 Anos 0,06 ml	2,55 €

Rendimentos

O Município comercializa diversos tipos de produtos relacionados com o vinho. Além das garrafas, tubos de degustação e copos de vinho, são vendidos outros itens, nomeadamente, saca-rolhas, bombons, aventais, entre outros. O enoturismo e as visitas também geram rendimentos associados ao projeto do Vinho Villa Oeiras.

Contudo, a maior parte dos rendimentos relacionados com o projeto provém da venda de garrafas de vinho, totalizando aproximadamente 422,3 mil euros. Os produtos mais procurados são as garrafas de 75cl de 15 e 7 anos, seguidas das garrafas de 37,5cl de 15 e 7 anos. A edição especial Búgio 1924 Pharoes de 50 cl é um produto que foi lançado recentemente, pelo que a sua procura ainda é reduzida.

O Município arrecadou ainda cerca de 12,1 mil euros com outros produtos relacionados, como vendas de vinho a copo, enoturismo e a venda de consumíveis relacionados com a atividade, totalizando, 434,4 mil euros de rendimentos com a atividade do vinho no período em análise.

Resultados

Os gastos totais referentes a todas as etapas da produção de vinho mencionadas anteriormente somaram 882,4 mil euros no período em análise. Por outro lado, os rendimentos associados à atividade do vinho alcançaram 434,4 mil euros, resultando num saldo negativo de aproximadamente 448,1 mil euros.

Embora os resultados sejam negativos, é importante destacar que o projeto tem aumentado significativamente as suas colheitas e as quantidades de vinho apto em stock. Esse vinho, devidamente valorizado, representa um potencial de comercialização elevado, o que poderá, no futuro, após o envelhecimento, gerar resultados positivos.

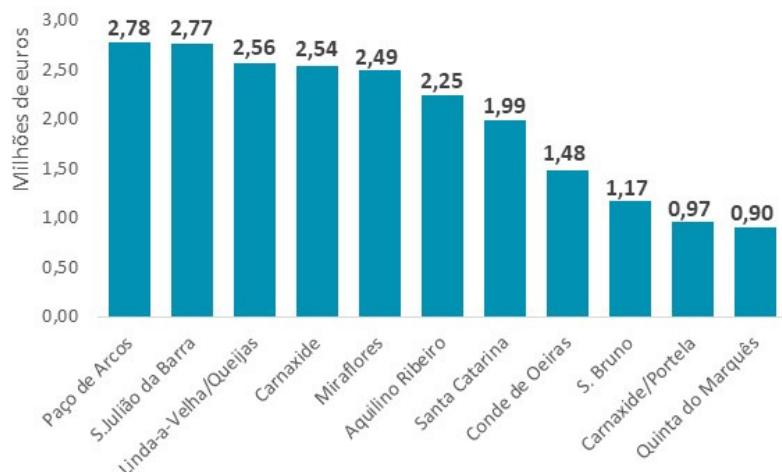
Educação

Com a transferência de competências da área da Educação para os municípios, foi efetuada uma restruturação da estrutura da contabilidade de gestão nesta subfunção, por forma a obter informação mais detalhada, quer sobre as diferentes vertentes das competências transferidas, quer sobre os próprios agrupamentos e escolas do Município.

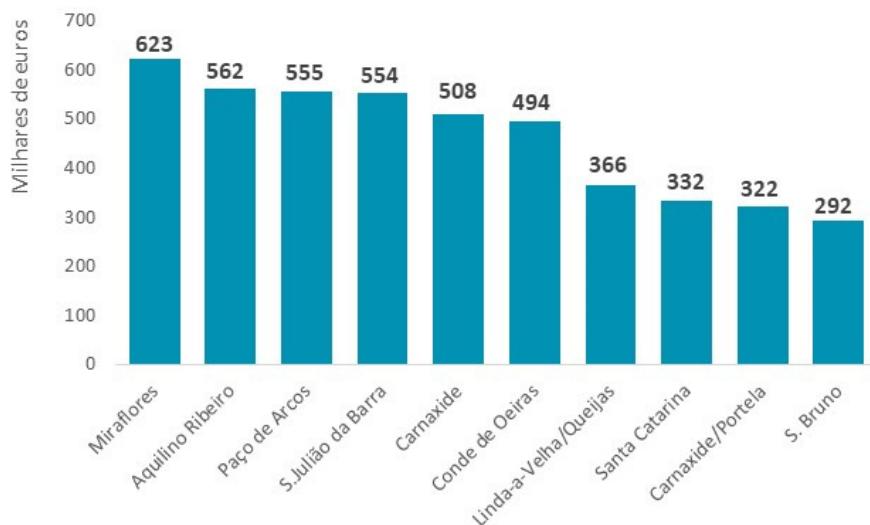
Conforme mencionado anteriormente no presente relatório, em 2024, os gastos com a Educação ascenderam aos 29,4 milhões de euros, dividindo-se da seguinte forma:

	Custo
Escolas	21 898 378
IPSS's	83 827
Serviços Municipais	1 290 937
Projeto/Ações educativos	6 095 415
Total Educação	29 368 557

Cerca de 74% dos gastos com a Educação estão relacionados com as Escolas e Agrupamentos. Como podemos ver no gráfico seguinte, os agrupamentos de Paço de Arcos e São Julião da Barra são os que mais gastos registaram no ano de 2024, com cerca de 2,8 milhões de euros cada um, sendo de referir que estes agrupamentos englobam 5 escolas cada um. O agrupamento de Carnaxide/Portela, por sua vez, é o agrupamento com menor valor de gastos em 2024, com cerca de 970 mil euros, distribuídos por apenas 3 escolas. De referir que a Quinta do Marquês é uma escola secundária que não pertence a qualquer agrupamento. São ainda de destacar os agrupamentos de Linda-a-Velha Queijas e Santa Catarina, sendo que são os agrupamentos com o maior número de escolas (7 e 6, respetivamente).



Visto que os gastos com os agrupamentos são influenciados pelo número de escolas de cada agrupamento, no gráfico seguinte é possível verificar o gasto médio por escola de cada agrupamento. Da leitura do gráfico, conclui-se que o agrupamento de S. Bruno possui o menor gasto médio por escola, com cerca de 292 mil euros por cada uma das suas 4 escolas. Por sua vez, o agrupamento de Miraflores é o que apresenta o maior gasto médio por escola, com 623 mil euros nas suas 4 escolas. De destacar mais uma vez o agrupamento de Santa Catarina, que com 6 escolas registou um gasto médio por escola de apenas 332 mil euros.

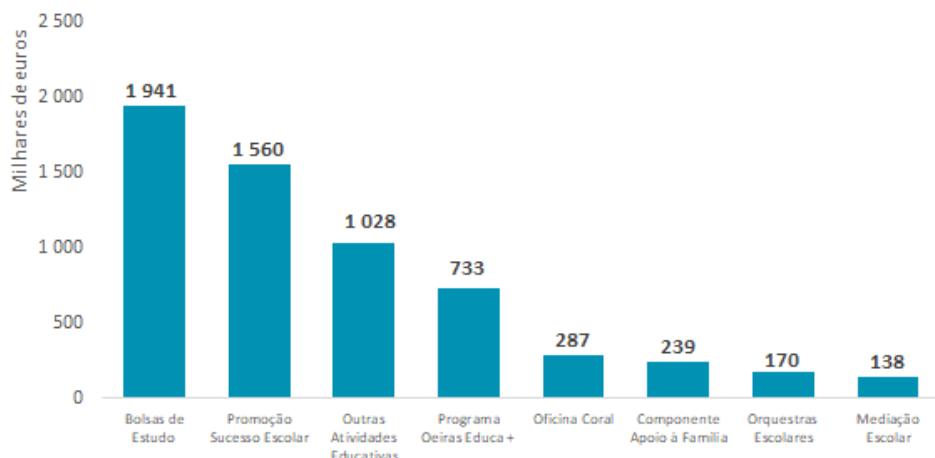


Os gastos dos agrupamentos subdividem-se em diferentes categorias, conforme apresentado no quadro seguinte. Os gastos com o pessoal não docente representam cerca de 55% do total de gastos com as escolas, seguido dos gastos com o fornecimento de refeições, com um peso de 21%.

Gastos com Pessoal	12 023 906
Fornecimento de Refeições	4 626 870
Gastos de Funcionamento	2 406 149
Amortizações	1 882 414
Conservação das Instalações	336 765
Ação Social Escolar	343 072
AAAF´s	166 172
Transporte Adaptado	78 061
Apetrechamento	22 184
AEC´s	12 784
Total Escolas	21 898 378

Os gastos de funcionamento dizem respeito a gastos gerais dos edifícios escolares, como eletricidade, gás, água, entre outros, e representam cerca de 11% dos gastos das escolas. Por sua vez, a amortização dos bens escolares possui também uma quantia de gastos relevante, com cerca de 8% dos gastos escolares em 2024.

Além dos gastos com as escolas, o Município conta ainda com algumas iniciativas e projetos educativos que elevam o nível da Educação em Oeiras. Estas diferentes iniciativas totalizaram 6,1 milhões de euros em 2024, dos quais cerca de 1,9 milhões de euros são referentes às diferentes Bolsas de Estudo fornecidas pelo Município (para Municípios, para estudantes PALOP, para Docentes, e Bolsas de Mérito). No gráfico seguinte é possível averiguar os gastos com os diferentes projetos e iniciativas do Município na área da Educação.



Os serviços municipais do Departamento de Educação acumularam um total de 1.3 milhões de euros em gastos com o pessoal, com material e com a amortização de bens administrativos. Cada um destes serviços municipais presta o apoio necessário às escolas para o seu bom funcionamento, e são também responsáveis pelas iniciativas educativas mencionadas anteriormente.

	Pessoal	Bens e Amortizações	Requisições de Material	Custo Total
DE	397 763	2 331	819	400 912
DDPE	171 643	159	0	171 802
UIPE	71 846	0	9	71 856
DPGRE	163 043	109 821	14	272 878
DGREAE	254 400	673	0	255 072
UGPND	118 361	0	56	118 417
Total	1 177 056	112 984	898	1 290 937

Outras Divulgações

Conforme divulgado na nota referente à NCP 4, o único contrato de concessão existente ao abrigo da referida norma é com a entidade E-Redes, referente à distribuição de eletricidade de baixa tensão. Contudo, divulga-se ainda todos os contratos de cedência de exploração, vulgo concessões não abrangidas pela NCP 4, que se elencam no quadro seguinte:

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão de Exploração de 11/11/1998, relativo ao Espaço Comercial localizado na Rua João Maria Porto n.º 68, no Bairro da Encosta da Portela	Adelino Sanches Fortes	-	Até 10 anos (revisão em curso)	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração de 25/10/2005, com início em 01/10/2005 e Adenda ao Contrato de Exploração de 20/09/2012 relativo ao Pavilhão Pérgula sito no Parque Municipal de Santo Amaro de Oeiras	Sistemas McDonalds Portugal, Lda.	-	Até 20 anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração de 24/11/2009, relativo à Loja 3 do Palácio do Egípto, situado no Largo 5 de Outubro, no centro histórico de Oeiras	Zenith Celebration, Lda.	-	Até 20 anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de uso privativo de parcela do domínio público n.º 14-NC/GD-2009 (com início em 1999) e Aditamento n.º 733/2022, relativo à parcela de domínio público sita na Praia da Torre em Oeiras.	Oeiras Praia Restauração Lda, Lda (anterior Magny Cours, Restauração, SA)	-	27 Anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração de 19/01/2010, relativo à Restauração/Cafetaria Caravela D'Ouro, sito no Jardim de Algés	Saraiva & Lopes, Lda.	-	Até 30 anos	-	-	-	-
Contrato de concessão de uso privativo n.º 04-NC/GD-2011, relativo ao uso de uma parcela de terreno do domínio público sita junto à Praia de Paço de Arcos e Adendas n.º 1093/2021 e n.º 715/2023	Mariana Dionísio Pimenta	-	13 Anos (prorrogado até 31/12/2024)	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração n.º 187/2013, relativo ao Bar/Restaurante/Espalanada sito no Forte de São Bruno em Caxias	Summermisteries, Lda	-	Até 20 anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração n.º 179/2014, de 1 de setembro, relativo ao Mercado Municipal de Algés para exploração de serviços de restauração e bebidas	Naipes de Emoções	-	15 anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de exploração n.º 2/2015, relativo ao direito de exploração das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações	First Rule, S.A.	-	15 Anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração n.º 186/2015, de 31 de julho, relativo ao Pavilhão Ribamar em Algés para exploração de serviços de restauração e bebidas	Food 4 Kings, S.A.	-	20 anos	-	-	-	-
Cessão de Posição Contratual 920/2024, contrato de concessão de uso privativo n.º 11-ES/GD-2015, de 6 de maio 2016, relativo a uma parcela do domínio público, sita na Praia da Torre em Oeiras	Starlounge - Atividades Hoteleiras, Lda.(anterior José Dias e Filhos, S.A.)	-	20 Anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de Exploração n.º 4/2017 e Contrato n.º 161/2020, relativo ao Mercado Municipal de Tercena para comércio	Winneryellow, Lda.	-	Até 30 anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão n.º 309/2020 - Concessão de direito de uso privativo de espaço público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Petrogal, SA (anterior Mobilelectric, Lda)	-	Até 10 Anos	-	-	-	-

Acordos de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de direito de uso privativo de espaço público n.º 345/2020 e adenda n.º 59/2022, relativo à instalação de 14 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Petrogal, SA (anterior Galp Power, SA)	-	Até 10 Anos	-	-	-	-
Escritura Pública Concessão Uso Privativo Livro 153, de 28 de Abril de 2005 e Escritura Pública Cessão de Posição Contratual de Contrato de Concessão de Uso Privativo Livro 533, de 15 de março de 2019, relativa a parcela de terreno do domínio municipal sita na Freguesia de Porto Salvo.	Condenso & La Rosa, Lda	-	20 anos	-	-	-	-
Contrato de Concessão de uso privativo n.º 357/2020, relativo à exploração do bar-cafetaria, com possibilidade de instalação de esplanada, localizado no Parque Urbano de Miraflores	Lisbon Memory, Lda	-	15 anos	-	-	-	-
Concessão de Uso Privativo 454/2021, para instalação e exploração de um espaço de restauração e bebidas no edifício designado "Pavilhão do Jardim" no Jardim Municipal de Paço de Arcos	Avelar & Teixeira, Lda.	-	15 Anos	-	-	-	-
Concessão de Uso Privativo para exploração n.º 478/2021, relativo à exploração do Octógono e respetiva área sita no Jardim de Oeiras com entrada pela Rua Desembargador Faria	Sunday Spring, Lda.	-	15 Anos	-	-	-	-
Concessão de Uso Privativo para exploração n.º 688/2021, para exploração da cafetaria e respetiva esplanada, instalação de equipamento desportivo e utilização do edifício de apoio, todos sitos no Parque Urbano do Alto da Terrugem	Launch Box, Lda.	-	15 Anos	-	-	-	-
Concessão do direito de uso privativo n.º 842/2021 relativo ao espaço público para a exploração de 16 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos normais em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras	Green Charge - Mobilidade Elétrica, Lda	-	8 Anos	-	-	-	-
Contrato de concessão de uso privativo 03-DT-2021, 19 julho 2021, relativo a parcela do domínio público que integra o edifício denominado "Pavilhão Oceano à Vista"	Sarrau Alonso e Costa, Lda.	-	15 Anos	-	-	-	-
Cessão de Posição Contratual 17/2025, 22 janeiro da Concessão de Uso Privativo n.º 122/2024, 25 março relativo a um equipamento de praia a ser concebido e construído pela concessionária, com possibilidade de implantação de esplanada na Praia de Paço de Arcos	Addmore One, Lda. (anterior Inspire Life Solutions, Lda)	-	20 anos	-	-	-	-

O Presidente da Câmara,

O Vice-Presidente,

Isaltino Moraes

Francisco Rocha Gonçalves

A Vereadora,

O Vereador,

O Vereador,

Joana Baptista

Pedro Patacho

Armando Soares

A Vereadora,

O Vereador,

A Vereadora,

Teresa Bacelar

Nuno Neto

Carla Rocha

A Vereadora,

A Vereadora,

A Vereadora,

Ana Filipa Laborinho

Susana Duarte

Carla Castelo

Diretora Municipal

Diretor de Departamento
Contabilista Público,

Chefe de Divisão

Paula Magalhães Saraiva

Bruno Miguel Mouco

Cátia Bonito

20 24

MUNICÍPIO DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300

FAX. 214.418.712

email. municipio.oeiras@oeiras.pt

www.oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodoOeiras

<http://twitter.com/MunicipioOeiras>

<http://issuu.com/municipiodeoeiras>

www.youtube.com/MUNICIPIOOEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44'N | Long. 9°18'52.54'0



Câmara Municipal
de Oeiras

